

Plano Estadual de
EDUCAÇÃO

Meta 2
Ensino Fundamental

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

Geraldo Alckmin

Secretário da Educação

José Renato Nalini

Secretária-Adjunta

Cleide Bauab Eid Bochixio

Chefe de Gabinete

Wilson Levy Braga da Silva Neto

Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE

Presidente

João Cury Neto

Chefe de Gabinete

Alexandre Hagge dos Santos

Diretor Administrativo e Financeiro – DAF

Nilton Luis Viadanna

Diretor de Projetos Especiais – DPE

Antonio Henrique Filho

Diretora de Obras e Serviços – DOS

Selene Augusta Barreiros

Diretora de Tecnologia da Informação – DTI

Malde Maria Vilas Bôas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Plano Estadual de Educação

Meta 2 – Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PEE.

São Paulo, 2017

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	7
Meta 2 - Ensino Fundamental.....	9
Cenário Demográfico e Frequência à Escola	10
Um pouco da história da oferta do ensino fundamental	19
Municipalização do Ensino Fundamental – Fases	26
Expansão da Oferta do Ensino Fundamental no Período Diurno	30
Indicativos da Melhoria: Fluxo e Desempenho Escolar	32
Defasagem Idade/Série/Ano – acompanhamento: novos desafios e tendências .	34
O ensino fundamental de 9 anos e a revisão dos ciclos.....	37
A Defasagem segundo grupos de idade no ensino fundamental	52
Concluintes do ensino fundamental: Implicações da idade de ingresso	55
Concluintes do ensino fundamental	57
Ensino Fundamental: Tendência da Evolução da Escolaridade	61
Anexo 1	67

ENSINO FUNDAMENTAL

Considerações Iniciais

O presente relatório tem por finalidade contextualizar e monitorar o comportamento dos indicadores e das informações referentes à Meta 2 do Plano Estadual de Educação - PEE, oferecendo um diagnóstico para acompanhamento sistematizado desse nível de ensino, por meio de dados organizados em séries temporais de forma a facilitar análises e reflexões sobre o tema.

O escopo do diagnóstico é dar seguimento à caracterização do quadro situacional do Ensino Fundamental paulista – Meta 2 do PEE, com ênfase no monitoramento e avaliação das metas propostas para esse nível de ensino, prioridade e competência gerencial da administração estadual.

Diferentemente do ensino médio, a responsabilidade pela oferta do ensino fundamental público e gratuito não é competência exclusiva da administração estadual que compartilha esse encargo com o poder local e, nos últimos vinte anos, os municípios efetivamente ampliaram bastante a responsabilidade pela oferta desse nível de ensino.

O papel do Governo do Estado no acompanhamento da Meta 2, envolve necessariamente, uma estreita articulação com os municípios, tendo em vista o modelo da oferta do ensino fundamental público segmentado: as redes municipais, respondendo por 73,9% dos registros da matrícula pública nos anos iniciais – 1º ao 5º ano e a rede estadual por 72,4% do atendimento nos anos finais – 6º ao 9º ano.

É evidente que, por ser majoritária no atendimento ao segmento dos anos finais, compete à rede estadual buscar estratégias para assegurar o cumprimento do desafio proposto na Meta 2 e garantir a continuidade de estudos, principalmente, a partir do 6º ano, bem como a certificação para, pelo menos, 95,0% da população escolarizável do ensino fundamental na idade recomendada.

Em 2016, dos 645 municípios paulistas em 126 localidades (menos de 20,0%) a administração municipal respondeu integralmente pela oferta do ensino fundamental público – 1º ao 9º ano, ao passo que essa condição, na rede estadual, aconteceu apenas em 4 municípios.

Sem dúvida alguma o registro mais recorrente é o compartilhamento da oferta do ensino fundamental pelo poder público na forma tradicional: 488 municípios proporcionando com exclusividade a oferta nos anos iniciais desse nível de ensino, cabendo, nessas localidades, à rede estadual, garantir a continuidade do ensino público no segmento dos anos finais.

Sempre que possível, adotou-se como critério na organização e apresentação dos dados e indicadores, a oportunidade de estabelecer quadro comparativo de informações em séries temporais: Estado de São Paulo, demais unidades federadas e Brasil.

O documento sintetiza também efeitos de políticas públicas implementadas nas últimas duas décadas no Estado de São Paulo e seus impactos na evolução de indicadores educacionais clássicos de medição do acesso da população a esse nível de ensino: população residente e estudantes, faixa etária por segmento de ensino, taxa bruta e líquida de frequência à escola, evolução das matrículas por dependência administrativa e os indicadores de permanência como desempenho escolar: taxas aprovação, reprovação e abandono, enfatizando a evolução e a correção do fluxo escolar e seus desdobramentos na adequação da idade/série, idade dos concluintes, escolaridade/anos de estudos da população entre outros.

Para oferecer uma melhor referência da realidade do ensino fundamental paulista, o comportamento observado em cada esfera administrativa foi objeto de atenção com enfoque nas respectivas diferenças.

Por ser objeto de uma meta específica no Plano Estadual de Educação-PEE, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos será tratada em uma abordagem em separado, dada a sua relevância para uma medição mais precisa das condições de

escolarização da população paulista na faixa etária de 18 a 29 anos, em especial, e nos grupos etários subsequentes.

Na seleção de variáveis e indicadores para a elaboração desse diagnóstico de apoio ao monitoramento das metas, sempre que possível, priorizou-se a organização das informações em séries temporais de modo a facilitar a descrição e análise das tendências pregressas e de mudanças mais recentes, no entanto, é prematuro, nesse primeiro relatório, evidenciar prognósticos conclusivos acerca da probabilidade de atingimento das metas propostas.

Qualquer interpretação ou julgamento precipitado pode induzir a equívocos, a distorcer a realidade, comprometendo a análise, tendo em vista que a construção de um cenário adequado será mais factível quando a abordagem contemplar desagregações que possibilitem a identificação e compreensão das desigualdades que subsistem em relação à meta, pontuando-as e buscando a resolução de situações-problema por meio de estratégias que respondam adequadamente as dificuldades detectadas.

Assim, é importante agregar às análises outras informações que possam enriquecer o diagnóstico e a identificação de situações e insumos indutores de progresso, bem como os fatores adversos e restritivos que possam comprometer os avanços propostos e vão exigir a implementação de estratégias que propiciem a consecução e alcance da meta pretendida.

Meta 2- Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95,0% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PEE.

A Constituição Federal no seu artigo 208 estabelece a garantia da oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive, para todos aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino fundamental é considerado básico na

formação do cidadão e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população¹ em idade escolar de 6 a 14 anos (Lei Federal nº 11.274/06).

No Estado de São Paulo, em 2016, o número de matrículas registradas no ensino fundamental, considerando a oferta nas redes pública e privada, foi de 5.310.042 registros, representando 19,2% do total de matrículas desse nível de ensino no conjunto do País (Tabela 1).

Tabela 1: Brasil e São Paulo
Ensino Fundamental: matrícula por dependência administrativa
2016

Área/Dependência	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Brasil	22.289	7.419.173	15.574.454	4.572.989	27.588.905
São Paulo	230	1.975.954	2.280.043	1.053.815	5.310.042
São Paulo/Brasil	1,0	26,6	14,6	23,0	19,2

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Cenário Demográfico e Frequência à Escola

Segundo os dados divulgados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-2015, relativos à população residente, quase um quinto da população brasileira, na faixa de 7 a 14 anos, residia no Estado de São Paulo (20,1% em 1999 e 19,1% em 2015) e os que se declararam estudantes, nessa mesma faixa, tinham uma representatividade de 20,5% em 1999 e de 19,2% em 2015.

Para o grupo etário de 6 a 14 anos, a PNAD – 2015 apontou dados semelhantes. Residiam em São Paulo 19,2% dos brasileiros e a proporção de estudantes residentes no Estado, em relação ao total de estudantes do país, foi de 19,3% (Tabela 2).

¹ Plano Nacional de Educação – Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

Tabela 2: Brasil e São Paulo
População estudantes (em 1000) e percentual de estudantes
1999 / 2015

Ano/Faixa etária	Área	População	Estudantes	% de estudantes
1999 7 a 14 anos	Brasil	26.237	25.105	95,7
	São Paulo	5.284	5.139	97,3
	São Paulo/ Brasil	20,1	20,5	
2015 7 a 14 anos	Brasil	24.695	24.389	98,8
	São Paulo	4.721	4.694	99,4
	São Paulo/ Brasil	19,1	19,2	
2015 6 a 14 anos	Brasil	27.505	27.118	98,6
	São Paulo	5.276	5.240	99,3
	São Paulo/ Brasil	19,2	19,3	

Fonte: IBGE – PNAD.

Para o período de 2011 a 2020, a projeção populacional realizada pela Fundação SEADE para a faixa etária demandante do ensino fundamental (6 a 14 anos), estima que haja uma redução de 532 mil crianças e adolescentes. Considerando o período 2011 a 2025, de acordo com a mesma projeção, essa diminuição será de 311 mil crianças e adolescentes.

Somente para a idade de 6 anos, a projeção sinalizou uma expectativa positiva de taxa geométrica de crescimento anual de 0,95%, o correspondente a um aumento de 48.524 crianças entre 2011 e 2020 e, para o período 2011 a 2025, uma variação positiva menos expressiva: 12.737 crianças.

No grupo de 7 a 10 anos, essa mesma projeção considerou a viabilidade de uma taxa geométrica de crescimento anual negativa de 0,38% que, caso se confirme, corresponderá a uma queda de 80 mil crianças nessa faixa de idade. Para o grupo etário subsequente, 11 a 14 anos, a projeção considerou a hipótese de uma queda mais acentuada da taxa: 2,34% ao ano, prevendo a possibilidade de um decréscimo de 500 mil adolescentes entre os anos 2011 e 2020.

O prognóstico para o período 2011 a 2025 é de um crescimento mais moderado na idade de 6 anos (12.737 crianças) e taxa geométrica de crescimento de 0,16% ao ano. A previsão é de uma redução de menor intensidade nos demais grupos: 45 mil crianças no grupo de 7 a 14 anos e 278 mil na faixa etária de 11 a 14 anos.

Assim sendo, considerando a projeção para o grupo de 6 a 14 anos e caso seja confirmada a expectativa de uma taxa geométrica de crescimento anual negativa de 1,12% ao ano, resultará em uma redução de 520 mil crianças e adolescentes e 311 mil na hipótese prevista para 2025 e uma taxa geométrica de crescimento negativa de 0,41% ao ano (ver Tabela 3).

Tabela 3: Estado de São Paulo
Evolução da População de 6 a 14 anos por grupos de idade
2011 – 2020, 2025

Ano	Grupos de Idade			
	06 anos	07 a 10 anos	11 a 14 anos	Total
2011	547.506	2.349.860	2.610.541	5.507.907
2012	543.492	2.295.784	2.534.611	5.373.887
2013	539.247	2.241.907	2.460.202	5.241.356
2014	534.811	2.188.222	2.387.122	5.110.155
2015	530.246	2.134.936	2.315.621	4.980.803
2016	543.232	2.161.816	2.275.135	4.980.183
2017	556.318	2.188.949	2.234.329	4.979.596
2018	569.470	2.215.976	2.193.073	4.978.519
2019	582.723	2.242.880	2.151.494	4.977.097
2020	596.030	2.269.942	2.109.722	4.975.694
2025	560.243	2.304.312	2.332.269	5.196.824
TGGA 2020/2011 *	0,95	-0,38	-2,34	-1,12
TGGA 2025/2011 *	0,16	-0,14	-0,80	-0,41
Variação 2020/2011	48.524	-79.918	-500.819	-523.213
Variação 2025/2011	12.737	-45.548	-278.272	-311.083

Fonte: Fundação SEADE: dados ajustados para 1º de julho.

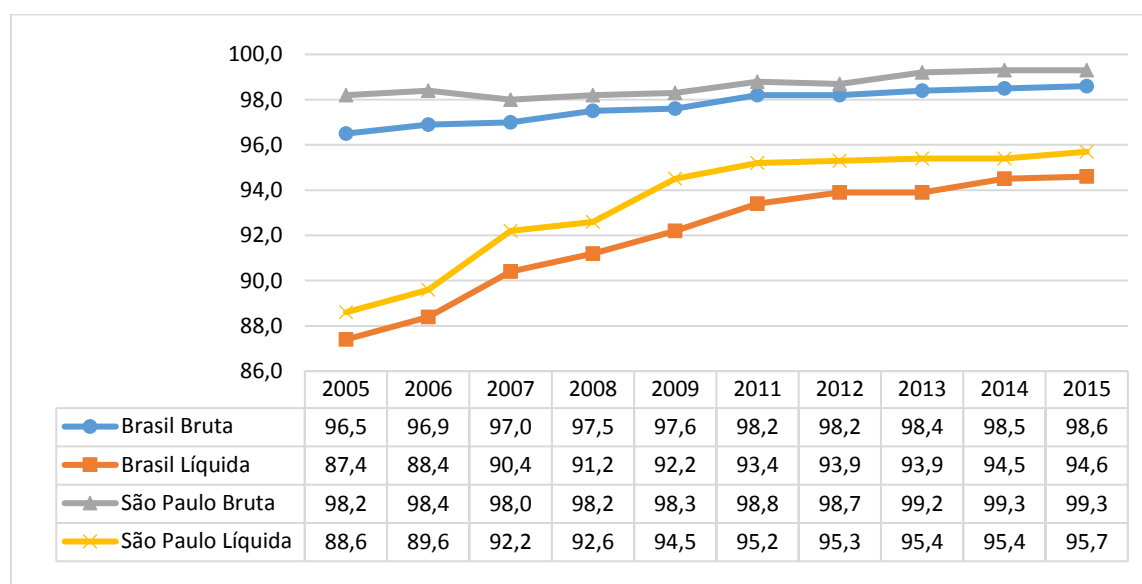
Nota*: TGGA – Taxa Geométrica de Crescimento Anual.

O acesso ao sistema de ensino pode ser medido pelo acompanhamento das taxas de frequência escolar bruta e líquida. A primeira representa a proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta estabelecimento de ensino independentemente do nível ensino; a segunda considera a adequação série/idade do sistema educacional brasileiro, isto é, o número de pessoas de determinado grupo etário, nesse caso a população de 6 a 14 anos², frequentando o ensino fundamental.

² A taxa de frequência escolar bruta e líquida é calculada pelo IBGE, com base nos dados da PNAD, que nos últimos anos passou a considerar o grupo de 6 a 14 no ensino fundamental.

Com relação à taxa bruta de frequência, observa-se pouca diferenciação entre as unidades da federação, uma vez que existe, há algum tempo, tendência a universalização do atendimento para esse grupo de idade de escolarização obrigatória. Em 2015, a taxa bruta brasileira foi de 98,6% e a do Estado de São Paulo 99,3% (Gráfico 1).

**Gráfico 1: Brasil e Estado de São Paulo
População de 6 a 14 anos - Evolução da taxa de
frequência bruta e líquida a estabelecimento de ensino
2005 / 2015**



Fonte: IBGE – PNAD.

(*) Exclusive pessoas com o ensino fundamental completo.

De acordo com a PNAD/2015, a média brasileira para a taxa bruta foi 98,6% e, na comparação com as demais unidades da federação, o Estado de São Paulo e o Rio de Janeiro compartilham a primeira posição no cenário nacional, alcançando 99,3%, seguidos por Santa Catarina e Roraima, respectivamente, com 99,2% e 99,1%. Nas demais unidades federadas as taxas registradas foram inferiores a 99,0%, oscilando de 98,9% no Distrito Federal e Mato Grosso a 95,2% no Acre (ver Tabela 4).

Tabela 4: Brasil e Estado de São Paulo
Evolução da taxa de frequência bruta a estabelecimento
de ensino da população de 6 a 14 anos
2005 / 2015

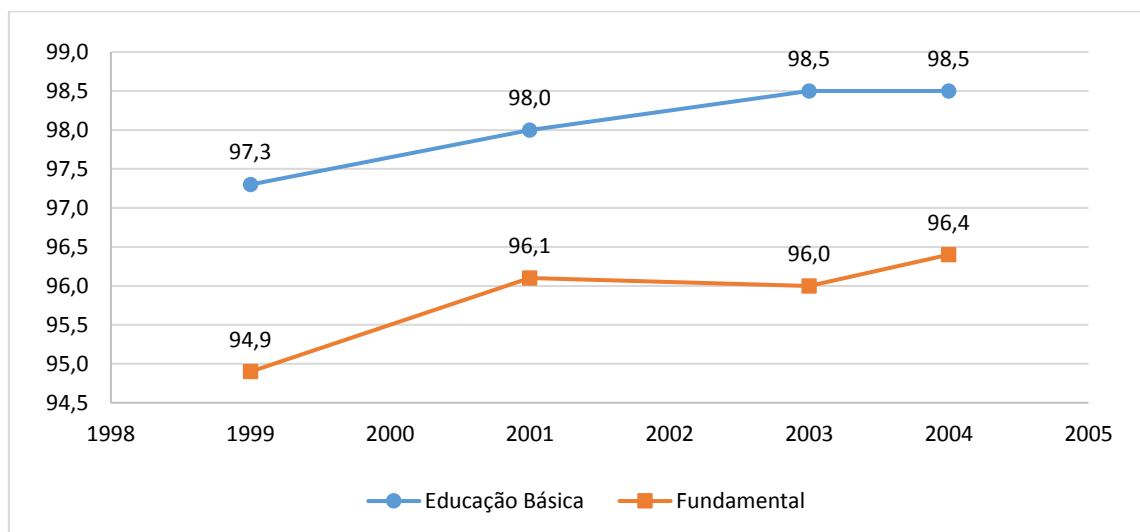
Área	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente									
	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	96,5	96,9	97,0	97,5	97,6	98,2	98,2	98,4	98,5	98,6
São Paulo	98,2	98,4	98,0	98,2	98,3	98,8	98,7	99,2	99,3	99,3
Rio de Janeiro	97,8	98,1	97,4	97,9	98,1	98,6	98,8	99,2	98,6	99,3
Santa Catarina	98,0	98,7	98,4	97,2	97,7	99,2	99,2	98,7	99,0	99,2
Roraima	97,8	97,2	96,8	95,0	98,0	97,1	97,8	98,1	98,6	99,1
Distrito Federal	97,6	97,9	97,8	97,9	98,1	98,5	98,8	98,8	98,9	98,9
Mato Grosso	95,5	96,6	96,3	96,3	97,2	98,5	97,7	99,3	98,5	98,9
Minas Gerais	96,9	96,8	97,7	98,1	97,9	98,7	98,7	98,6	98,6	98,8
Rio Grande do Norte	96,4	96,3	97,2	97,1	96,2	97,4	98,5	98,8	99,1	98,7
Tocantins	96,0	96,3	97,0	97,2	98,0	97,9	98,0	98,2	98,9	98,7
Ceará	96,5	97,2	97,6	97,5	98,3	98,4	98,4	98,8	98,3	98,6
Mato Grosso do Sul	97,2	97,1	96,5	98,3	97,9	98,3	97,6	98,1	98,6	98,6
Espírito Santo	93,5	96,6	96,4	98,0	97,5	98,9	97,9	98,3	97,6	98,6
Sergipe	96,3	97,0	96,4	98,1	97,2	98,1	99,2	99,1	97,8	98,6
Paraná	97,1	97,5	97,1	97,7	97,4	98,0	98,2	98,8	98,9	98,5
Rio Grande do Sul	95,8	96,1	96,1	97,5	97,6	97,9	98,0	98,3	98,2	98,5
Pernambuco	94,9	95,7	96,8	96,6	96,5	98,1	98,2	97,6	98,3	98,4
Paraíba	96,8	96,7	96,6	98,0	97,4	98,6	97,7	97,3	97,6	98,3
Maranhão	94,7	95,9	96,6	97,7	98,4	98,1	98,9	98,4	98,2	98,3
Bahia	96,2	96,9	96,6	97,8	97,7	98,2	98,2	98,0	98,4	98,3
Piauí	96,4	97,1	97,9	98,0	98,2	98,8	98,0	98,8	98,8	98,2
Goiás	96,7	97,0	96,9	96,6	97,5	98,2	98,1	98,0	98,8	98,1
Pará	93,4	93,9	95,0	96,2	95,5	96,9	97,2	97,3	97,7	97,8
Rondônia	94,6	93,6	93,5	94,7	96,9	95,8	98,7	98,2	98,8	97,5
Amapá	95,5	96,0	93,9	94,9	97,5	96,2	95,2	95,6	98,3	97,1
Amazonas	95,1	95,1	95,5	96,6	95,7	95,9	95,9	96,2	97,0	96,9
Alagoas	95,5	94,7	95,2	94,6	94,5	96,4	96,0	97,1	96,7	96,7
Acre	91,0	92,1	90,4	94,3	95,4	95,9	94,9	96,8	96,5	95,2

Fonte: IBGE – PNAD.

No Estado de São Paulo, desde os meados dos anos 90, as estimativas relativas à medição do acesso ao ensino fundamental sinalizam um cenário positivo, demarcado por taxas de frequência à escola, bruta e líquida ascendentes, entre a população de 7 a 14 anos, faixa etária considerada até então adequada para cursar o ensino fundamental obrigatório. No Estado de São Paulo, entre 1998 e 2004, ano a ano, diminuíram as diferenças entre as taxas bruta e líquida de frequência a estabelecimento de ensino. Além disso o Estado manteve, no cenário nacional,

posição de destaque, alcançando a mais elevada taxa de frequência bruta do País (ver Gráfico 2).

Gráfico 2: Estado de São Paulo
População de 7 a 14 anos e Estudantes na mesma faixa etária
1999/2004.



Fonte: IBGE – PNAD.

Desde a implantação do ensino fundamental de 9 anos, na rede pública paulista, no biênio 2009/10, ampliou-se a responsabilidade e obrigatoriedade da oferta do ensino fundamental com o estabelecimento do ingresso, a partir dos 6 anos de idade, para as crianças nascidas no primeiro semestre, ou seja, aquelas que completavam 6 anos até 30 de junho do ano letivo, sendo previsto, na legislação, a permanência na pré-escola daquelas que fossem completar os seis anos de idade no segundo semestre.

Tabela 5: Brasil e Estado de São Paulo
População de 6 a 14 anos: Evolução da taxa de frequência líquida a
estabelecimento de ensino
2005/ 2015

Abrangência	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 14 anos									
	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	87,4	88,4	90,4	91,2	92,2	93,4	93,9	93,9	94,5	94,6
Paraná	89,8	91,1	93,4	95,4	95,3	95,6	96,1	96,9	97,2	97,3
Minas Gerais	88,6	88,3	90,0	92,3	94,3	95,2	94,7	95,1	95,3	96,8
Rondônia	88,7	88,8	87,4	89,7	91,5	90,3	94,5	94,1	97,4	96,2
Distrito Federal	86,8	87,1	89,6	92,4	92,5	92,2	94,0	93,6	95,0	95,8
Roraima	86,9	85,2	90,7	85,7	91,4	92,0	91,9	93,5	91,1	95,7
São Paulo	88,6	89,6	92,2	92,6	94,5	95,2	95,3	95,4	95,4	95,7
Mato Grosso do Sul	90,6	91,9	92,1	94,9	95,6	96,6	95,0	95,6	94,4	95,5
Santa Catarina	90,6	90,0	93,8	92,6	94,3	95,0	95,2	94,0	94,9	95,5
Tocantins	86,9	90,0	92,7	92,3	94,5	92,6	93,2	94,0	95,0	95,5
Ceará	86,8	89,3	92,5	93,0	94,8	94,8	94,1	94,1	95,0	95,1
Mato Grosso	89,6	88,2	91,1	89,0	92,2	92,6	92,2	93,1	94,6	94,8
Goiás	90,0	91,3	93,9	92,7	92,6	94,2	94,8	93,4	95,0	94,5
Maranhão	81,5	83,6	86,2	89,0	89,2	91,3	93,7	92,2	94,2	94,3
R. Grande do Norte	88,4	90,1	93,3	93,7	91,3	92,2	93,4	94,2	94,4	94,3
Paraíba	86,7	88,7	88,8	91,1	90,1	92,1	94,0	91,9	92,5	94,0
Piauí	86,1	88,6	90,0	89,9	92,0	94,0	93,0	94,5	95,2	94,0
Rio Grande do Sul	89,1	89,5	92,3	93,4	94,2	93,9	93,6	94,4	94,7	93,7
Bahia	84,7	86,5	88,1	89,1	89,1	91,6	92,6	92,4	93,9	93,5
Pará	84,1	85,5	86,9	88,0	87,5	90,8	92,2	92,4	92,7	93,5
Rio de Janeiro	86,5	86,8	88,1	88,1	89,9	92,0	92,7	92,6	93,1	93,5
Sergipe	86,1	87,8	88,5	90,3	88,4	92,5	94,9	92,4	92,6	93,3
Espírito Santo	83,8	89,3	88,8	91,7	89,6	92,1	93,0	93,6	92,5	93,1
Amapá	88,8	89,5	89,0	88,4	92,3	92,1	91,3	91,5	93,9	92,4
Amazonas	86,9	88,8	90,3	89,9	89,6	91,4	91,6	91,2	92,2	92,0
Alagoas	88,9	87,6	89,0	87,0	89,8	92,3	92,0	93,1	91,6	91,9
Pernambuco	87,3	87,0	89,1	87,7	88,7	90,2	92,3	92,4	94,2	91,8
Acre	85,6	87,9	85,0	90,0	90,6	90,7	90,3	91,6	93,5	91,6

Fonte: IBGE – PNAD.

Nota: Exclusive pessoas com o ensino fundamental completo.

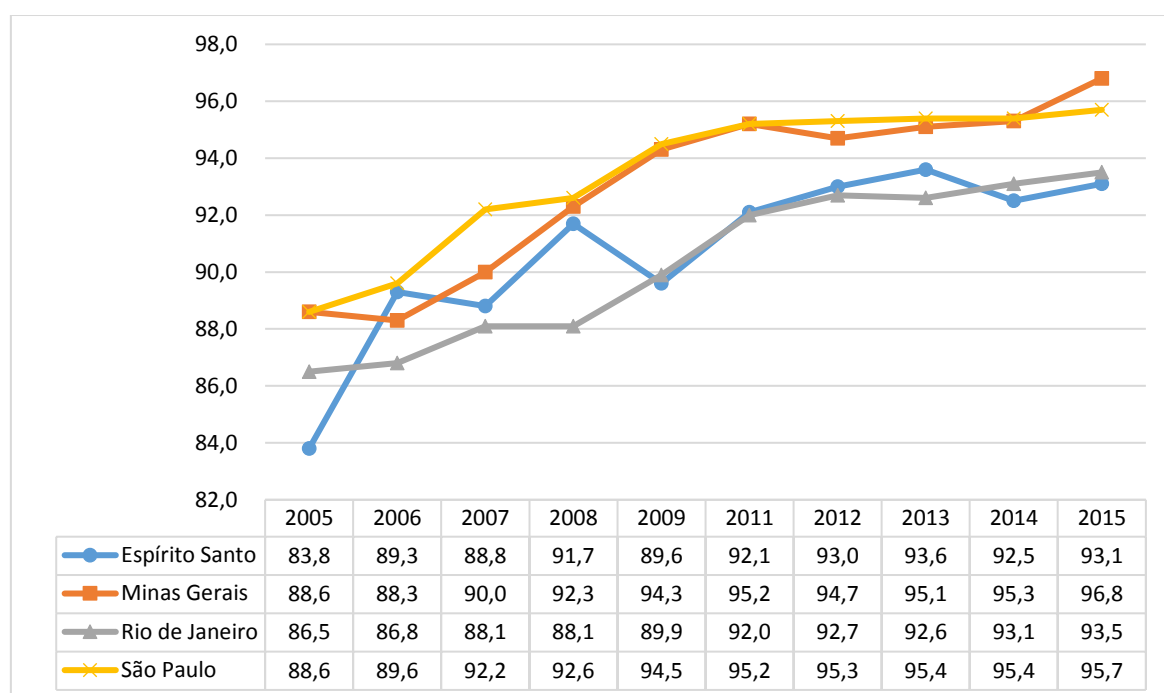
Em consequência, nota-se uma pequena redução da taxa líquida de escolarização, ao que tudo indica por causa do atendimento de crianças de 6 anos em dois níveis de ensino: uma parte atendida no ensino fundamental e outra permanecendo na pré-escola.

Essa subdivisão no atendimento às crianças de 6 anos (pré-escola e ensino fundamental) tem desdobramentos na aferição da taxa líquida de frequência a

estabelecimento de ensino, uma vez que no seu cálculo considera somente aqueles que frequentam o ensino fundamental.

Também o ingresso precoce de adolescentes aos 14 anos de idade no ensino médio é fator de interferência no resultado do cálculo da taxa líquida de frequência, exatamente por considerar exclusivamente os estudantes do ensino fundamental (ver Gráfico 3).

Gráfico 3: Evolução da taxa de frequência líquida 2005 / 2015

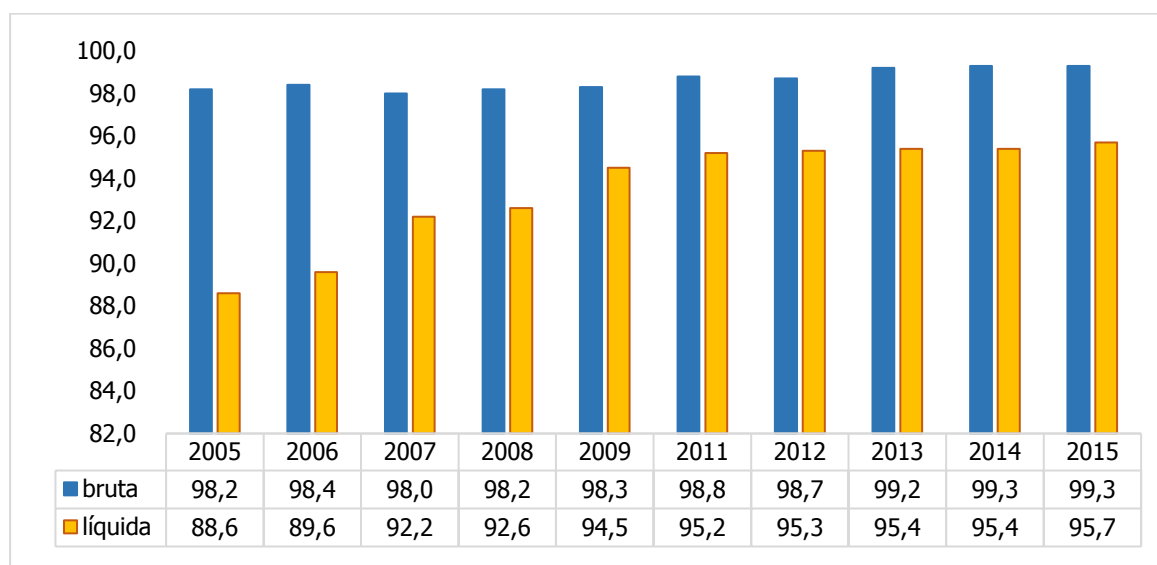


Fonte: IBGE – PNAD.

Nota: Excluídas pessoas com o ensino fundamental completo.

No caso do Estado de São Paulo, é importante observar que cada vez mais há uma proximidade entre os valores de referência da taxa de frequência – bruta e líquida, tendência que foi se consolidando a partir dos meados da década passada. Em 2015, do total da população da faixa etária de 6 a 14 anos, 99,3% eram estudantes e 95,7% frequentavam o ensino fundamental (ver Gráfico 4).

Gráfico 4: Estado de São Paulo
População de 6 a 14 anos: dados comparativos - evolução da
taxa bruta e líquida de frequência a estabelecimento de ensino
2005 / 2015



Fonte: IBGE – PNAD.

Em 2005, de acordo com os dados da PNAD, a diferença entre a taxa bruta e líquida era de 9,6 pontos percentuais e, em 2015, esse diferencial regrediu para 3,6 pontos percentuais. Assim, nesses dez anos, enquanto a taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino evoluiu somente 1,1 ponto percentual, passando de 98,2% para 99,3%; a taxa líquida apresentou um crescimento importante: 7,1 pontos percentuais, evoluindo de 88,6% em 2005 para 95,7% em 2015.

Esses dados indicam crescimento positivo, tanto na taxa bruta como na líquida de frequência à escola e, a distância entre elas, ano a ano está regredindo, alcançando 3,6 pontos percentuais, em 2015. Essa diferença entre elas é justificável por causa da inclusão, no caso da taxa bruta, das crianças e adolescentes frequentando outros níveis de ensino – 6 anos na educação infantil e 14 anos no ensino médio.

As referências do contexto socioeducacional reforçam a ideia de que o desafio da universalização do ensino está praticamente equacionado, ampliando o espaço na agenda política das questões relacionadas à educação, em especial, à melhoria da qualidade de ensino.

Assim, uma preocupação constante no desenvolvimento do presente relatório foi apresentar um conteúdo – tabelas/sínteses que possibilitam o acompanhamento de

resultados de políticas implantadas para enfrentar problemas crônicos relacionados ao abandono escolar e à defasagem idade/série.

Um pouco da história da oferta do ensino fundamental

Até o início do século 21, o Governo do Estado de São Paulo permaneceu como a instância administrativa majoritária na oferta e manutenção do ensino fundamental obrigatório.

Em 1995, a rede estadual respondia por 79,0% da oferta do ensino fundamental, a rede municipal participava com 9,7% e a rede particular complementava o atendimento, assumindo 11,3%. Considerando exclusivamente o contexto da rede pública, a participação do governo estadual era ainda mais expressiva, arcava com 89,4% da oferta, apesar dos dispositivos constitucionais quanto à responsabilidade entre os Estados e Municípios.

Em 2016, a taxa de participação da rede estadual decaiu para 37,2%, um decréscimo de 41,8 pontos percentuais em relação à taxa observada em 1995, evidenciando de forma concreta o alcance e limites dos resultados obtidos pela consolidação de esforços, visando a ampliar o espaço do poder público municipal na oferta e manutenção do ensino fundamental.

O Programa de Parceria Estado e Município, lançado pelo governo do Estado de São Paulo, em 1995/96, deu início a um tímido processo de municipalização do ensino fundamental, que se intensificou principalmente a partir de 1998 e que tomou maior impulso nos anos subsequentes.

Em 1998, com a implantação do FUNDEF, foram adotados novos parâmetros para o financiamento e manutenção do ensino fundamental obrigatório, redefinindo-se papéis e responsabilidades entre o Estado federativo e seus Municípios, preservando o princípio de distribuição de recursos, consoante o número de alunos atendidos em cada uma das esferas administrativas da rede pública.

Diante dessa nova regulação e premidos pela contingência de recursos do Fundo para o repasse automático, com base no critério do número de alunos do ensino fundamental efetivamente atendidos na rede pública, em cada instância administrativa, os municípios paulistas passaram a aderir ao processo de municipalização desse nível de ensino.

Assim sendo, pode-se inferir que a instituição do FUNDEF contribuiu decisivamente para a alteração do status quo até então vigente, induzindo os municípios a ampliarem o seu eixo de atuação e compartilharem a responsabilidade pela oferta /atendimento no ensino obrigatório, rompendo uma tradição arraigada nas redes locais que, até então, dedicavam-se quase que exclusivamente a oferta da educação infantil.

Em 20/06/2007 foi sancionada a Lei nº 11.494/2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, tendo por propósito proporcionar uma distribuição dos recursos destinados à educação mais abrangente - para toda a educação básica – redefinindo a distribuição dos investimentos em educação.

O novo Fundo passou a contemplar todos os níveis/etapas e modalidades de ensino da educação básica, estabelecendo diferenciais específicos quanto ao aporte de recursos, consoante o número de alunos atendidos em cada esfera administrativa, mas restringindo o campo de atuação para a percepção dos recursos do FUNDEB: estados passam a receber o repasse pelo atendimento no ensino fundamental e médio e os municípios pela oferta da educação infantil e ensino fundamental.

Ao garantir a destinação de recursos para o financiamento da educação infantil, o FUNDEB restabeleceu na agenda da educação dos municípios, a atenção para a educação infantil pública, especialmente, em creche, demanda de grande pressão social que, do ponto de vista legal, é competência exclusiva do poder público municipal (ver Tabela 6).

Tabela 6: Estado de São Paulo
Evolução da matrícula na rede municipal em creche e no ensino fundamental
2007 – 2016

Ano	Creche	Acréscimo Anual		Fundamental	Acréscimo Anual	
2007	232.092	-	-	2.313.296	-	-
2008	269.288	37.196	16,0	2.338.467	25.171	1,1
2009	314.992	45.704	17,0	2.432.559	94.092	4,0
2010	360.050	45.058	14,3	2.410.776	-21.783	-0,9
2011	402.265	42.215	11,7	2.359.825	-50.951	-2,1
2012	445.570	43.305	10,8	2.334.747	-25.078	-1,1
2013	467.223	21.653	4,9	2.296.856	-37.891	-1,6
2014	491.034	23.811	5,1	2.292.860	-3.996	-0,2
2015	515.730	24.696	5,0	2.267.929	-24.931	-1,1
2016	547.884	32.154	6,2	2.280.043	12.114	0,5

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

A partir de 2008 e nos anos seguintes, os municípios priorizam a expansão do atendimento na educação infantil, principalmente nas creches, tanto na sua própria rede de ensino como por meio da rede privada conveniada - instituições filantrópicas, visto que passaram a receber diretamente do Fundo o per capita aluno/creche, conforme o número de crianças atendidas em instituição privada conveniada com a administração municipal.

À vista dos avanços alcançados no sentido da universalização do ensino fundamental, é compreensível que os municípios mantenham a oferta consolidada, mas voltem sua atenção para a educação infantil, devido a carência e pressão da demanda social para a expansão da oferta nesse nível de ensino, em especial, em creche.

Nos últimos vinte anos, o número de matrículas no ensino fundamental, considerando o cômputo total (incluindo as redes públicas e a rede particular) apresentou uma redução significativa.

Para melhor entender essa inflexão no número de matrículas no ensino fundamental, pode-se elencar uma série de justificativas para explicar as razões dessa redução: componente demográfico, políticas de correção de fluxo, programas de progressão continuada, ampliação da oferta na educação de jovens e adultos entre outros (ver Tabela 7).

Tabela 7: Estado de São Paulo
Evolução da matrícula do ensino fundamental por dependência administrativa
1995 – 2016

Ano	Estadual	Municipal	Federal	Particular	Total
1995	5.263.112	646.500	-	752.857	6.662.469
1996	5.078.539	726.704	-	767.079	6.572.322
1997	4.634.560	1.075.850	-	773.525	6.483.935
1998	4.436.407	1.194.819	-	763.612	6.394.838
1999	4.052.972	1.511.184	207	760.931	6.325.294
2000	3.865.320	1.595.881	193	763.810	6.225.204
2001	3.550.793	1.771.767	196	769.699	6.092.455
2002	3.285.418	1.935.101	194	773.172	5.993.885
2003	3.106.812	2.011.743	194	777.712	5.896.461
2004	3.001.513	2.075.869	-	785.386	5.862.768
2005	2.954.426	2.127.994	188	793.375	5.875.983
2006	2.945.985	2.249.262	-	818.781	6.014.028
2007	2.874.400	2.313.296	222	829.661	6.017.579
2008	2.810.469	2.338.467	214	881.021	6.030.171
2009	2.720.685	2.432.559	231	904.409	6.057.884
2010	2.637.107	2.410.776	232	937.769	5.985.884
2011	2.563.326	2.359.825	216	964.355	5.887.722
2012	2.447.074	2.334.747	203	983.879	5.765.903
2013	2.332.719	2.296.856	190	1.005.399	5.635.164
2014	2.180.111	2.292.860	197	1.026.803	5.499.971
2015	2.022.124	2.267.929	213	1.040.464	5.330.730
2016	1.975.954	2.280.043	230	1.053.815	5.310.042
Variação no número de matrículas					
2016/95	- 3.287.158	1.633.543	230	300.958	-1.352.427

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Um breve exame na evolução da matrícula do ensino fundamental por dependência administrativa, ao longo do período considerado - 1995 a 2016, demonstra com clareza, pelo menos quatro momentos distintos quanto à participação dos municípios na oferta desse nível de ensino, envolvendo tanto a “transferência” de escolas/alunos da esfera estadual para a municipal por meio da adesão de convênios, como por iniciativas pontuais e independentes do poder municipal, opção menos frequente no processo de municipalização do ensino fundamental.

É interessante observar que essa redução aconteceu nas redes públicas: na estadual desde 1996 como desdobramento da política de municipalização e na rede municipal a partir de 2010. Na rede particular, constatou-se um movimento no sentido oposto, confirmado por taxas positivas sequenciais de crescimento (com exceção de

1998/1999) que resultaram na ampliação do espaço do setor privado no atendimento do ensino fundamental (ver Tabela 8 e Gráfico 5).

Tabela 8: Estado de São Paulo
Dados comparativos: variação da matrícula do Ensino Fundamental
por período e dependência administrativa
1995/2016

Período	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000/1995	-1.397.792	949.381	10.953	-437.265
2005/2000	-910.894	532.113	29.565	-349.221
2010/2005	-317.319	282.782	144.394	109.901
2016/2010	-661.153	-130.733	116.046	-675.842
2016/1995	-3.287.158	1.633.543	300.958	-1.352.427

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

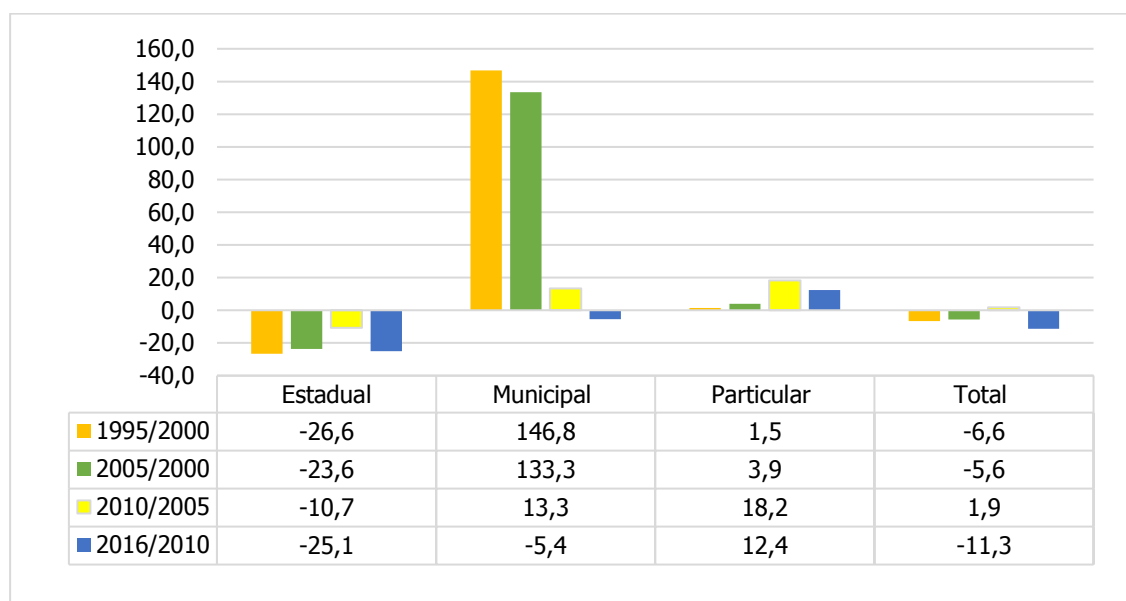
Ao considerar as diferenças na variação das matrículas por dependência administrativa, é importante destacar que a redução do número de estudantes frequentando o ensino fundamental não tem relação com ausência de atendimento ou dificuldade de vaga, pois as taxas de frequência à escola são crescentes, comprovando a universalização desse nível de ensino.

Os dados evidenciam que o efeito municipalização, com a “transferência” de alunos da rede estadual para os municípios, é um componente importante do processo, mas, isoladamente, não é suficiente para explicar a acentuada redução da matrícula na esfera estadual. Vale observar que, nos últimos seis anos, o número de matrículas da rede municipal também registrou uma queda superior a 130 mil matrículas (ver Tabela 8 e Gráfico 5).

Acrescente-se, ainda, que se observa o inverso na rede particular, entre 1995 e 2005 um acréscimo moderado, aproximadamente 40 mil alunos, seguido de um crescimento mais expressivo entre 2005 e 2016 (cerca de 260 mil alunos).

Entre 2005 e 2010, o próprio desempenho favorável da economia seria a hipótese plausível para esclarecer essa preferência da população pela escola particular, argumento que não se sustenta para explicar a continuidade dessa tendência durante o ciclo desfavorável e de crise da economia. Além do mito da melhor qualidade, é possível que outros fatores tais como: manutenção do status social, preservação e segurança tenham peso na opção pelo setor privado.

Gráfico 5: Estado de São Paulo
Percentual da variação da matrícula do Ensino Fundamental por
dependência administrativa
1995/2016

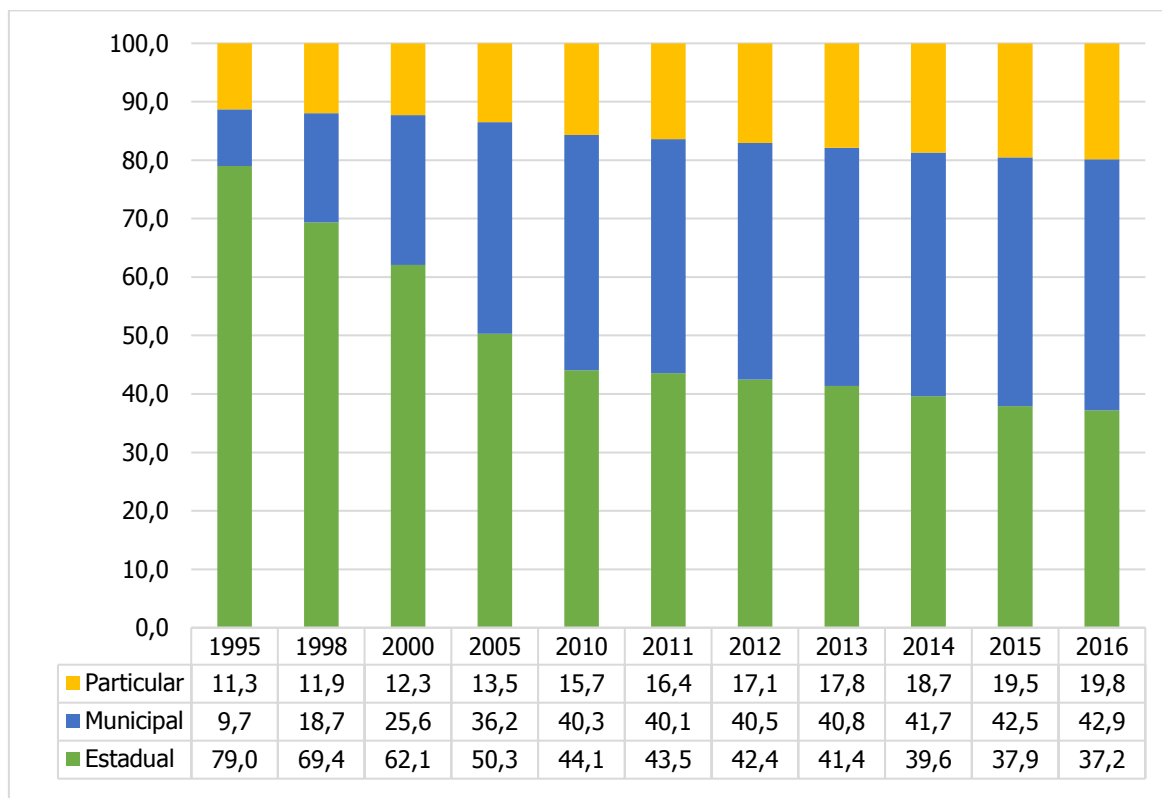


Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Até 2013 inclusive, a rede estadual permaneceu como a esfera administrativa majoritária na oferta do ensino fundamental no Estado, responsabilizando-se por 2.332.719 (41,4%) de um total geral de 5.635.164 matrículas nesse nível de ensino. Nesse ano, o atendimento proporcionado pelos municípios somou 2.296.856 registros, correspondendo a 40,8% do total da oferta, a rede particular alcançou 1.005.399 (17,8%) e a oferta da rede federal manteve-se restrita, uma única escola atendendo a 190 alunos.

O ano de 2013 demarca uma linha divisória e encerra o ciclo de prevalência da rede estadual na manutenção do ensino fundamental. Entre 2014 e 2016, a variação da matrícula na taxa de participação da rede particular e da rede municipal foi idêntica 1,2 pontos percentuais, correspondendo ao recuo de 2,4 pontos percentuais observado na rede estadual (ver Gráfico 6).

Gráfico 6: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental – taxa de participação da matrícula por dependência administrativa
1995 / 2016



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

A partir do Programa de Municipalização do ensino, em 1996, gradativamente, a rede estadual voltou maior atenção para o atendimento à demanda escolar dos anos finais do fundamental que, por causa de uma maior complexidade de gestão, não despertou nos municípios o mesmo interesse observado na absorção do segmento dos anos iniciais do ensino fundamental.

Dos 645 municípios paulistas, apenas 4 localidades permaneciam, em 2016, inteiramente dependentes da administração estadual para o atendimento ao ensino fundamental do 1º ao 9º ano, por não terem constituído rede própria.

A Tabela 8 e o Gráfico 6 demonstram que a oferta municipal do ensino fundamental mais que duplicou de tamanho entre 1995 e 2005, acumulando um crescimento de 1.481.494 matrículas (229,2%). Desde então, apresentou um crescimento, ainda contínuo, mas com menor intensidade, conforme demonstra a evolução da taxa de participação no conjunto da oferta do ensino fundamental, passando de 9,7% em 1995 para 36,2% em 2005 e, por fim, 42,9% em 2016.

Consequentemente, entre 1995 e 2016, observa-se uma importante retração na taxa de participação da rede estadual na oferta do ensino fundamental que retrocedeu 41,8 pontos percentuais, passando de 79,0% para 37,2%, em decorrência da política de descentralização e cooperação dos municípios na manutenção do ensino fundamental.

Por sua vez, entre 1995 e 2016, observou-se, na rede particular, um crescimento constante no número de matrículas, com exceção de dois anos: 1998 e 1999. Esse movimento ascendente resultou na ampliação de sua representatividade no conjunto da oferta em 8,5 pontos percentuais, passando de 11,3% em 1995 para 19,8% em 2016.

Em síntese, consolidou-se nos últimos vinte anos, um redesenho no perfil da oferta do ensino fundamental no Estado de São Paulo, caracterizado por uma redução no atendimento proporcionado pela rede estadual, compensado em parte pela absorção da demanda e consequente ampliação da rede municipal e, por fim, um aumento do espaço do setor privado.

Municipalização do Ensino Fundamental – Fases

Um olhar mais atento na evolução da matrícula apresentada na Tabela 7 e no Gráfico 5, permite-nos inferir hipóteses acerca do processo de municipalização do ensino fundamental, evidenciando tanto períodos nos quais prevaleceram estímulos e incentivos para o seu progresso, como os períodos menos propícios, com limitações que coibiram a expansão.

Distingue-se, como o período de maior expressão a 1ª fase, entre 1995 a 2000, por coincidir no tempo, com a oportunidade disponibilizada por incentivos relacionados ao programa liderado pelo governo estadual associado ao impacto inicial da implantação do FUNDEF. O crescimento do número de matrículas na rede municipal, nesse momento, foi bastante significativo, passando de 646.000 em 1995 para 1.595.881 em 2000.

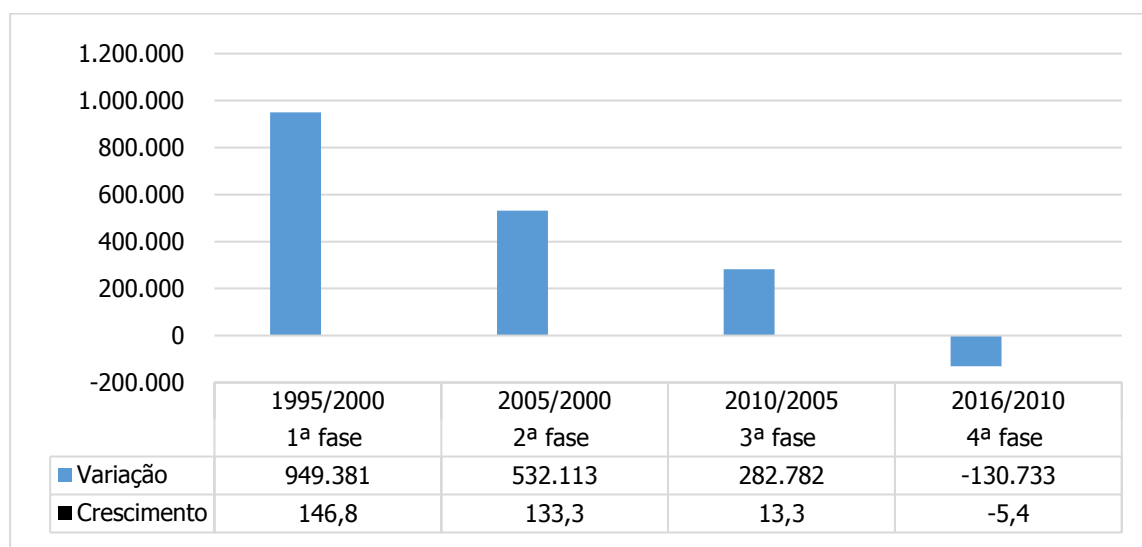
Isso contribuiu para uma ampliação no conjunto da rede municipal de 949.381 (146,8%) matrículas em relação ao ano/base – 1995. Nesse período, a taxa de participação dos municípios na oferta evoluiu de 9,7% para 25,6%, resultando em uma variação da ordem de 15,9 pontos percentuais.

A 2ª fase delineou-se por uma continuidade nesse processo de ampliação da oferta pelos municípios de forma um pouco mais moderada: 133,3% tomando-se por base a comparação entre 2005 em relação a 2000. Em números absolutos significou um acréscimo da ordem de 532.113 matrículas, proporcionando uma ampliação da taxa de participação de 25,6% para 36,2%, portanto um diferencial de 10,6 pontos percentuais, entre os anos 2000 e 2005.

Muito embora o número de matrículas da rede municipal tenha evoluído positivamente, entre os anos de 2005 e 2010, nesse terceiro período observou-se um crescimento bem mais moderado, representado por 282.782 matrículas a mais (13,3%), evidentemente um acréscimo inferior ao registrado nos dois períodos anteriores.

A partir de 2010, observa-se uma retração nas matrículas sob a responsabilidade da rede municipal, decaindo ano a ano, com uma única exceção em 2016, que apresentou um crescimento positivo de 0,5%, aproximadamente 12 mil matrículas. No acumulado do período houve uma diminuição da ordem de 130.733 alunos e, percentualmente, um decréscimo de 5,4%, tomando-se por base de 2016 em relação ao ano de 2010 (ver Gráfico 7).

Gráfico 7: Estado de São Paulo
Rede municipal: variação e percentual de crescimento da matrícula do
Ensino Fundamental por período
1995 / 2016.



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

A comparação do número de alunos do ensino fundamental, entre 1995 e 2016, sob a responsabilidade da esfera estadual, atesta uma expressiva redução: 3.287.158 matrículas, passando de 5.263.112 em 1998 para 1.975.954 em 2016. É natural que em números absolutos esse decréscimo, que soma 1.397.792 matrículas, foi mais acentuado entre 1995/2000, pela coincidência com o período de maior expansão da municipalização.

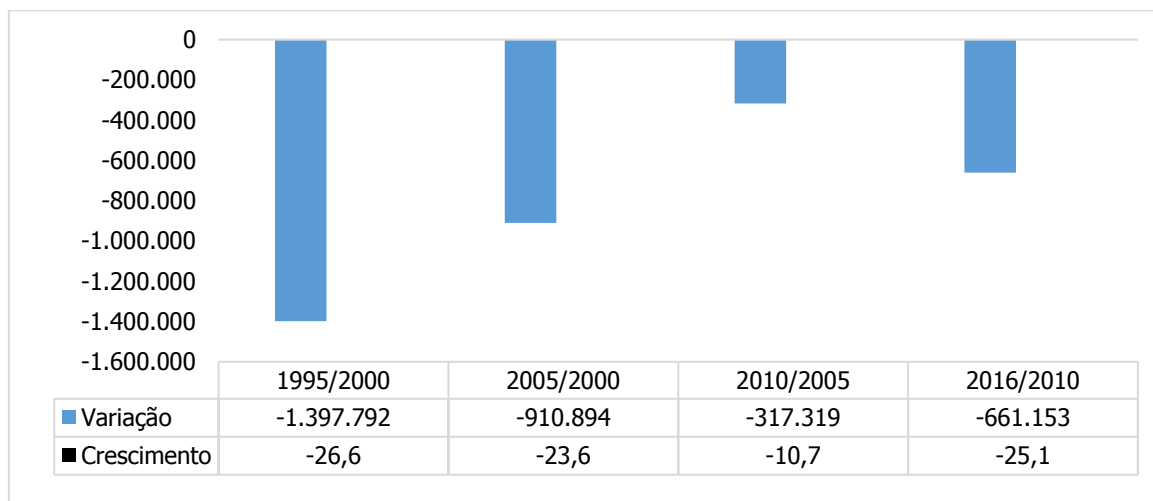
Entre 2000 e 2005, uma diminuição de 910.894 alunos que estão relacionadas não somente pela continuidade do processo de “transferência” de alunos entre as redes públicas – da estadual para a municipal, como também por outras variáveis de interferência que não devem ser menosprezadas: ações voltadas à regularização do fluxo, expansão da oferta na educação de jovens e adultos – EJA e composição da estrutura etária.

O terceiro período, 2010 – 2005, corresponde a menor diminuição na matrícula do ensino fundamental em escolas estaduais – 317.319 alunos. O processo de municipalização já tinha perdido a força inicial e, coincidentemente, é nesse período que acontece a implantação do FUNDEB, garantindo recursos de financiamento para os demais níveis de ensino da educação básica.

Ocorrem também, restrições de ordem legal, delimitando a idade de ingresso na educação de jovens e adultos que restringiu o processo de “transferência” dos alunos com menor defasagem de idade para essa modalidade de ensino, minimizando o efeito da movimentação dos alunos do ensino regular para a EJA.

Entre 2010 e 2016, o número de matrículas do ensino fundamental nas redes públicas apresentou um decréscimo importante: 791.886 registros. A rede estadual respondeu por 83,5% desta queda, por apresentar uma retração de 661.153 matrículas, enquanto a rede municipal perdeu 130.733 alunos (ver Gráfico 8).

Gráfico 8: Estado de São Paulo
Rede estadual: variação e percentual de crescimento da matrícula do
Ensino Fundamental por período
1995 / 2016.



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

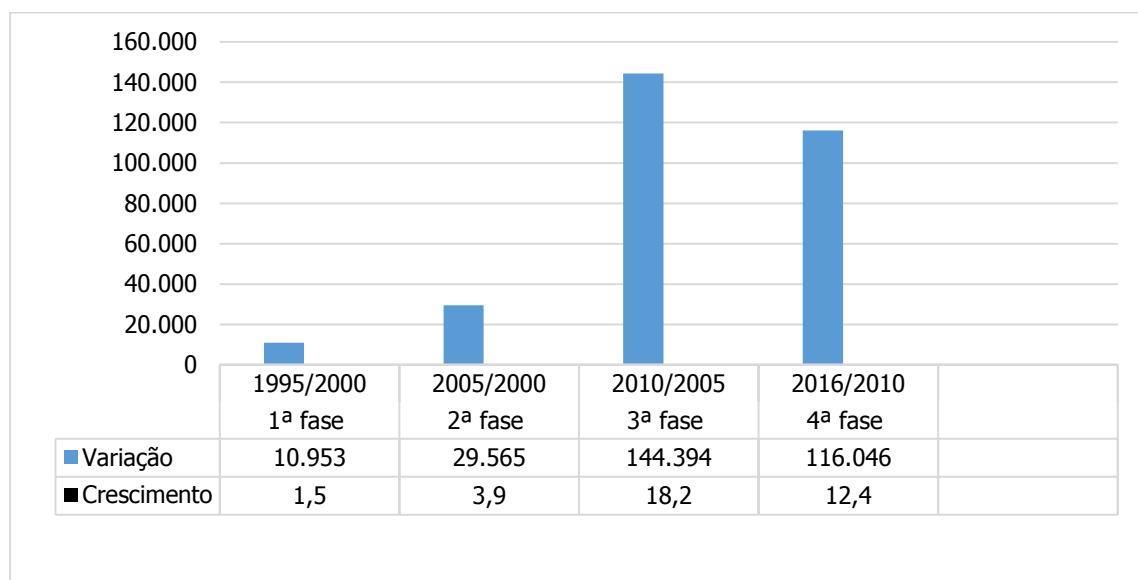
Entre 1995 e 2000 observou-se um crescimento moderado do número de matrículas da rede particular de 10.953 registros, em torno de 1,5% no período. Entre 2000 e 2005 houve acréscimo mais relevante: 29.565 matrículas correspondendo a uma taxa de crescimento de 3,9% no período.

O período de maior expansão da rede particular ocorreu entre 2005 e 2010; um crescimento de 144.394 matrículas, em percentuais 18,2%, muito superior ao registrado nos dois períodos anteriores (ver Gráfico 9).

Entre os anos 2010 e 2016, foi mantida a tendência de crescimento, porém mais moderada: 12,4% no período, resultando em uma ampliação da ordem de 116.046

matrículas. Esse crescimento da rede particular contrasta com a trajetória da rede pública que apresenta declínio.

Gráfico 9: Estado de São Paulo
Rede particular: variação e percentual de crescimento da matrícula do
Ensino Fundamental por período
1995 / 2016



Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Expansão da Oferta do Ensino Fundamental no Período Diurno

Um ponto de destaque e de grande impacto para a melhoria das condições da oferta e de resultados dos indicadores nesse nível de ensino diz respeito à ampliação do atendimento no período diurno, nos anos finais do ensino fundamental. Especialmente na rede estadual, a maior responsável pelo atendimento a esse segmento, foi significativa a redução gradativa da matrícula no período noturno, em consequência da regularização do fluxo escolar e adequação idade/série.

Em 1998, o número de matrículas em escolas estaduais no noturno somava 463.099 registros (18,6%) e, em 2016, o censo da educação básica computou, somente 617 matrículas (0,05%), o que corresponde a uma redução de 99,9% e uma diminuição superior a 462 mil matrículas (ver Tabela 9).

Tabela 9: Estado de São Paulo
Rede Estadual: Evolução da matrícula do Ensino Fundamental - Anos finais por período
1998 / 2016

Ano	Diurno		Noturno	
	nº	%	nº	%
1998	2.026.458	81,40	463.099	18,60
2000	2.164.916	88,93	269.607	11,07
2005	1.872.818	98,13	35.704	1,87
2010	1.798.246	99,56	7.935	0,44
2011	1.705.260	99,77	3.851	0,23
2015	1.385.935	99,96	599	0,04
2016	1.350.727	99,95	617	0,05
Variação	-675.731		-462.482	

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Nota: Inclui alunos da Escola de Aplicação da USP.

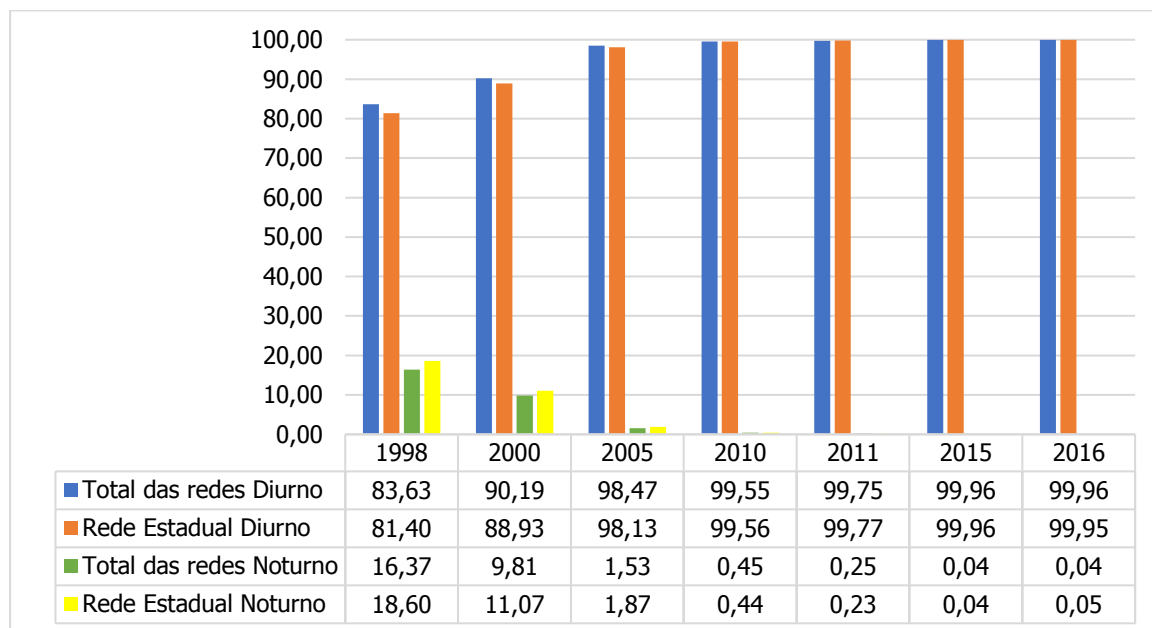
No cômputo geral (total das redes), o registro de matrículas no período noturno apresentou uma queda vertiginosa, aproximadamente menos 523 mil entre 1998 e 2016. Em termos proporcionais, o número de matrículas no noturno decaiu de 16,37%, em 1998, para somente 0,04%, em 2016 (Tabela 10).

Tabela 10: Estado de São Paulo
Total das Redes Evolução da matrícula do Ensino Fundamental - Anos finais por período
1998 / 2016

Ano	Diurno		Noturno	
	nº	%	nº	%
1998	2.676.278	83,63	524.048	16,37
2000	2.917.549	90,19	317.254	9,81
2005	2.810.211	98,47	43.778	1,53
2010	2.329.108	99,55	10.514	0,45
2011	2.185.595	99,75	5.579	0,25
2015	2.356.903	99,96	981	0,04
2016	2.315.617	99,96	856	0,04
Variação	-360.661		-523.192	

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Gráfico 10: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: evolução do percentual da matrícula nos anos finais por período
1998 / 2016



Fonte: MEC/ Inep – Censo da Educação Básica.

Indicativos da Melhoria: Fluxo e Desempenho Escolar

Os programas direcionados à correção do fluxo escolar foram eficazes no propósito de promover a melhoria do fluxo escolar e uma maior adequação da idade do aluno à série/ano por ele frequentada.

Nos últimos anos houve um esvaziamento do período noturno, não somente por causa da incompatibilidade do horário para a faixa de idade dos alunos do ensino fundamental, mas principalmente, pela maciça diminuição do número de alunos defasados, motivada pelo incentivo à “transferência” para a educação de jovens e adultos dos mais velhos após reincidentes repetências e ou abandono.

Portanto, cada vez mais o atendimento no ensino fundamental está voltado quase que exclusivamente para crianças e pré-adolescentes, frequentando a etapa adequada à idade, o que contribuiu para a melhoria nas taxas de desempenho escolar.

Um dos ganhos mais expressivos registrado nos últimos anos, em relação ao ensino fundamental, foi exatamente a redução das taxas de abandono, um grande

benefício pelo efeito de contribuir para a permanência do aluno na escola. Na média geral do estado, constatou-se uma significativa diminuição da taxa de abandono no conjunto das redes: de 4,6% em 1998 para 0,7% em 2016 e na rede estadual esses percentuais foram, respectivamente, 4,2% e 1,4%.

Na comparabilidade entre elas, é preciso considerar a proporcionalidade do número de matrículas e a maior frequência de casos de abandono/reprovação. A rede estadual influencia a média geral por sua dimensão, assim como a rede particular interfere na média geral por causa da menor incidência de perdas por abandono/reprovação e o perfil de sua clientela escolar, bem menos suscetível às adversidades que conduzem ao abandono escolar.

Identificar o perfil do alunado atendido em cada dependência administrativa, contribuiu para o entendimento acerca dessas diferenças, pois a prevalência da oferta nos anos finais eleva as taxas médias de reprovação/abandono devido a maior incidência de casos nessa etapa do ensino. Em 2016, por exemplo, 58,3% dos estudantes matriculados nos anos finais frequentavam escolas estaduais; 22,2% a rede municipal e 19,5% escolas particulares (ver Anexo I).

Tabela 11: Estado de São Paulo
Taxas de desempenho escolar no Ensino Fundamental
1998 / 2016

Ano	Total das redes			Rede Estadual		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
1998	93,4	2,0	4,6	93,5	2,3	4,2
2000	91,0	4,3	4,7	91,0	4,3	4,7
2007	92,6	6,5	0,9	91,2	7,3	1,5
2008	93,4	5,8	0,8	92,2	6,5	1,3
2009	93,9	5,3	0,8	92,8	5,9	1,3
2010	94,3	4,9	0,8	93,5	5,1	1,4
2011	94,2	4,9	0,9	92,9	5,6	1,5
2012	94,8	4,3	0,9	93,6	4,8	1,6
2013	95,2	3,9	0,9	93,9	4,5	1,6
2014	95,0	4,1	0,9	93,9	4,6	1,5
2015	95,7	3,6	0,7	94,8	4,0	1,2
2016	95,6	3,7	0,7	94,1	4,5	1,4

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Defasagem Idade/Série/Ano – acompanhamento: novos desafios e tendências

Programas específicos voltados à correção de fluxo escolar/adequação da idade/série, implantados pela administração estadual e que inspiraram projetos similares em redes municipais e outras instâncias, revelaram-se importantes no sentido de garantir a Educação Básica e a extensão do direito constitucional de todos cumprirem a trajetória escolar completa, na idade própria.

Os resultados desses projetos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, no período de 1998 a 2016, transparecem objetivamente nos dados relativos ao *número e proporção dos alunos defasados por série* e *proporção dos alunos defasados por idade*, obviamente com impacto no total das redes, dada a amplitude da oferta proporcionada pela rede estadual.

Nos últimos dezenove anos, o percentual de alunos com distorção idade/série/ano, na rede estadual de ensino, apresentou uma redução bastante significativa, decaindo de 30,9%, em 1998, para 9,2%, em 2016 em consequência, não somente da política de correção de fluxo efetivada com a implantação da progressão continuada e das Classes de Aceleração, como também por causa da expressiva ampliação da oferta de vagas, em determinado período, nos cursos de educação de jovens e adultos para atender a demanda escolar com maior defasagem de idade (ver Tabela 12).

A eficácia nos resultados das experiências efetivadas na rede estadual influenciou as demais redes de ensino que viram, na organização por blocos/ciclos no ensino fundamental, uma estratégia eficaz para reduzir a seletividade e reorganizar o fluxo escolar. A redução da defasagem, na rede municipal, foi significativa diminuindo de 23,1% em 1998 para 7,9% em 2016 e na rede particular decaindo de 5,3 em 1998 para 2,7% em 2016.

Tabela 12: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental – Distorção idade/série por dependência administrativa
1998 / 2016

Ano	Matrículas	Dependência Administrativa			
		Estadual	Municipal	Particular	Total
1998	Total	4.435.912	1.194.879	763.642	6.394.433
	Defasados	1.372.486	276.569	40.636	1.689.637
	%	30,9	23,1	5,3	26,4
2000	Total	3.864.835	1.595.881	763.810	6.225.204
	Defasados	900.996	253.591	32.163	1.186.806
	%	23,3	15,9	4,2	19,1
2002	Total	3.284.930	1.935.101	773.172	5.993.885
	Defasados	535.999	252.887	27.714	816.632
	%	16,3	13,1	3,6	13,6
2004	Total	3.001.024	2.039.424	783.955	5.825.079
	Defasados	389.523	242.951	24.579	657.074
	%	13,0	11,9	3,1	11,3
2006	Total	2.945.473	2.249.262	818.781	6.014.209
	Defasados	326.988	231.846	23.376	582.243
	%	11,1	10,3	2,9	9,7
2008	Total	2.809.921	2.259.595	881.021	6.030.171
	Defasados	297.119	218.725	22.334	538.191
	%	10,6	9,7	2,5	8,9
2010	Total	2.637.107	2.410.776	937.769	5.985.884
	Defasados	266.239	209.930	24.207	500.378
	%	10,1	8,7	2,6	8,4
2011	Total	2.563.326	2.359.825	964.355	5.887.722
	Defasados	244.163	201.678	26.121	471.962
	%	9,5	8,5	2,7	8,0
2012	Total	2.447.074	2.334.747	983.879	5.765.903
	Defasados	229.653	193.001	27.471	450.116
	%	9,4	8,3	2,8	7,8
2013	Total	2.332.170	2.296.856	1.005.399	5.635.164
	Defasados	210.968	186.501	28.053	425.536
	%	9,0	8,1	2,8	7,6
2014	Total	2.180.111	2.292.860	1.026.803	5.499.971
	Defasados	194.962	180.482	28.650	404.082
	%	8,9	7,9	2,8	7,3
2015	Total	2.022.124	2.267.929	1.040.464	5.330.730
	Defasados	175.173	178.440	28.542	382.159
	%	8,7	7,9	2,7	7,2
2016	Total	1.975.954	2.280.043	1.053.815	5.310.042
	Defasados	182.597	179.755	28.377	390.731
	%	9,2	7,9	2,7	7,4

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Na fase anterior a adoção do regime de progressão continuada, a seletividade presente no sistema de ensino resultava em muitas reprovações durante a trajetória da vida escolar. Essa reincidência de reprovação/repetência fazia o aluno perder suas referências, potencializando as chances de abandono e evasão escolar em definitivo. Assim, a retenção/reprovação/repetência prejudicavam a continuidade de estudos e muitos estudantes desistiam da escola antes de concluir os oito anos do ensino obrigatório.

Decorridos quase vinte anos da implementação do regime de progressão continuada, ainda persiste uma diversidade de opiniões: contra ou a favor da progressão.

Entre os discursos que se cristalizam no espaço do contexto escolar, há aqueles que acreditam e defendem a prática, por entenderem que a reprovação/repetência acaba prejudicando e desestimulando ainda mais o aluno, por afastá-lo de seus pares de idade e da convivência do seu grupo.

Por sua vez, os críticos do regime de progressão continuada afirmam que a maneira como ela se efetivou na escola, compromete o processo de aprendizagem do aluno, aprovando-o automaticamente sem a garantia de que esteja de fato aprendendo.

Ao longo dos anos, o regime de progressão procedeu importante modificação na estrutura do fluxo escolar, minimizou a reprovação e o abandono, ampliando as chances de conclusão do ensino fundamental.

O regime de progressão teve reflexos nas outras redes de ensino, pública ou particular, mas principalmente nas redes municipais que, gradativamente, foram aderindo ao sistema de ciclos, assumindo configuração idêntica à adotada pela rede estadual ou optando por outra forma diferenciada na organização dos ciclos.

A partir da adoção do sistema de regime de progressão continuada, na rede estadual, entre os anos de 1998 a 2014, a retenção do aluno na mesma série/ano, por dificuldades na aprendizagem ficou restrita ao final do término de cada um desses dois ciclos: na 4ª e na 8ª série do ensino fundamental, resultando em percentuais mais elevados de defasagem nas séries/anos correspondentes ao final

de cada ciclo, situação que perdurou até o final de 2014, quando o ensino fundamental foi reorganizado, passando de 2 para 3 ciclos de aprendizagem.

O ensino fundamental de 9 anos e a revisão dos ciclos

Na rede estadual de ensino, a organização do ensino fundamental de nove anos, observou a recomendação do Conselho Estadual de Educação - CEE quanto à implantação progressiva e sequencial (ano/ano) da nova organização do ensino fundamental.

De acordo com as normas estabelecidas na Deliberação CEE nº 73/2008, excepcionalmente, em 2009, os alunos que tinham cursado a 3ª etapa da pré-escola, em 2008, foram classificados no 2º ano do ensino fundamental de 9 anos “equivalente” à 1ª série da organização seriada anterior (em oito séries) e as crianças que, em 2008, frequentaram a segunda etapa da pré-escola foram encaminhadas para ingresso no 1º ano.

A partir de 2009, as turmas/classes de 1º e 2º ano do ensino fundamental substituíram a terceira etapa da pré-escola e a 1ª série da organização anterior (8 anos) sendo que, em 2010, a 2ª série deu lugar ao 3º ano, em 2011 o 4º ano substituiu a 3ª série e assim sucessivamente, a cada ano civil, seguindo a recomendação do CEE de implantação progressiva.

Com exceção dos quatro municípios que optaram por postergar a implantação do ensino de nove anos para 2010, cabe observar que o ano de 2009 demarca a implantação da nova organização nas escolas públicas (rede estadual e municipal) no Estado de São Paulo.

As crianças que ingressaram no 2º ano do ensino fundamental organizado em nove anos, em 2009, concluíram a 4ª série/5º ano em 2012 e o aluno com dificuldade na aprendizagem (retido por avaliação) teve encaminhamento para turma de recuperação intensiva de ciclo com duração de um ano letivo.

A subdivisão do ensino fundamental em dois ciclos – um inicial (com duração de 5 anos) e um final (com 4 anos de duração) permaneceu em 2013 e 2014, ainda que estivesse em pauta estudos visando a alteração na duração dos ciclos, pois, desde a implantação do ensino de 9 anos ganhou força entre os educadores a ideia de uma revisão na organização no regime de progressão continuada, sendo recorrente a proposição de ampliar de 2 para 3 o número de ciclos de aprendizagem.

Somente, em outubro de 2014, por meio da Resolução SE nº 53, o regime de progressão continuada, foi alterado para 3 (três) Ciclos de Aprendizagem, com duração de 3 (três) anos, a saber: 1º Ciclo - o de Alfabetização, compreende do 1º ao 3º ano, o Ciclo Intermediário do 4º ao 6º ano e Ciclo Final do 7º ao 9º ano.

Quando o aluno matriculado no 3º, 6º e 9º ano não consegue apropriar-se das competências e habilidades previstas para o Ciclo, a nova norma prevê retenção por avaliação e o seu encaminhamento para frequentar, durante um ano, turma/classe de recuperação intensiva do Ciclo, com o objetivo de sanar as dificuldades de aprendizagem.

Essa alteração no regime de progressão continuada aumentado de 2 para 3 ciclos, possibilitou a retenção por avaliação em mais uma etapa do ensino fundamental, e gerou mudanças que são perceptíveis quando se procede o acompanhamento sequencial da defasagem idade/série – ano a ano e nota-se que houve um deslocamento na defasagem idade/série/ano (número e percentual) em razão da revisão no regime de progressão.

A Tabela 13 possibilita uma análise da regressão da defasagem, recompondo em série histórica essas informações desde 1998, permitindo que, a partir do ano de nascimento do aluno e da série/ano que frequenta, seja quantificada a distorção, considerando como defasados os alunos com um atraso superior a dois anos.

Tabela 13: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental – Distorção idade/série – Rede Estadual
1998 / 2016

Ano	Nº de alunos matriculados	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
1998	Total		401.737	451.114	530.271	563.484	698.778	653.639	596.474	540.415	4.435.912
	defasados		23.341	80.452	111.352	156.241	257.876	266.215	247.678	229.331	1.372.486
	%		5,8	17,8	21,0	27,7	36,9	40,7	41,5	42,4	30,9
1999	Total		361.598	365.594	374.733	467.891	681.839	646.385	597.864	556.578	4.052.482
	defasados		17.508	33.589	56.377	102.120	219.418	226.518	225.459	219.855	1.100.844
	%		4,8	9,2	15,0	21,8	32,2	35,0	37,7	39,5	27,2
2000	Total		347.406	352.978	347.806	382.366	610.112	647.943	608.482	567.742	3.864.835
	defasados		12.166	24.908	31.801	70.922	155.996	200.692	200.072	204.439	900.996
	%		3,5	7,1	9,1	18,5	25,6	31,0	32,9	36,0	23,3
2001	Total		322.619	327.657	329.856	349.663	500.081	566.917	575.083	578.431	3.550.307
	defasados		9.057	16.465	25.047	47.083	110.070	137.786	149.268	181.997	676.773
	%		2,8	5,0	7,6	13,5	22,0	24,3	26,0	31,5	19,1
2002	Total		291.956	299.782	302.355	335.053	485.370	474.448	514.987	580.979	3.284.930
	defasados		8.053	13.903	18.508	45.312	81.510	102.704	103.839	162.170	535.999
	%		2,8	4,6	6,1	13,5	16,8	21,6	20,2	27,9	16,3
2003	Total		282.699	283.519	289.134	310.839	500.921	472.827	444.683	521.707	3.106.329
	defasados		7.168	12.274	16.346	31.164	82.707	84.362	86.795	119.496	440.312
	%		2,5	4,3	5,7	10,0	16,5	17,8	19,5	22,9	14,2
2004	Total		267.910	268.613	271.065	296.931	496.273	485.688	450.990	463.554	3.001.024
	defasados		6.147	10.542	14.470	28.032	70.939	80.526	72.918	105.949	389.523
	%		2,3	3,9	5,3	9,4	14,3	16,6	16,2	22,9	13,0
2005	Total		250.678	255.679	257.375	281.932	488.119	484.436	464.875	470.850	2.953.944
	defasados		5.040	9.093	13.170	25.400	64.744	70.596	70.910	93.865	352.818
	%		2,0	3,6	5,1	9,0	13,3	14,6	15,3	19,9	11,9
2006	Total		262.843	242.845	248.623	269.149	494.704	476.712	468.326	482.271	2.945.473
	defasados		4.539	8.004	11.151	21.788	63.796	64.584	64.282	88.844	326.988
	%		1,7	3,3	4,5	8,1	12,9	13,5	13,7	18,4	11,1
2007	Total		232.150	251.684	234.314	258.313	476.355	477.837	458.266	484.929	2.873.848
	defasados		4.071	7.366	10.390	19.808	60.792	62.078	59.793	83.756	308.054
	%		1,8	2,9	4,4	7,7	12,8	13,0	13,0	17,3	10,7
2008	Total		200.918	225.383	245.207	247.869	473.075	465.663	465.373	486.433	2.809.921
	defasados		3.269	6.385	9.704	19.274	57.679	59.785	59.196	81.827	297.119
	%		1,6	2,8	4,0	7,8	12,2	12,8	12,7	16,8	10,6
2009	Total	5.257	176.787	195.249	219.634	253.420	467.015	462.745	454.123	486.455	2.720.685
	defasados	12	2.355	4.808	8.327	16.583	53.608	55.072	55.822	76.179	272.766
	%	0,2	1,3	2,5	3,8	6,5	11,5	11,9	12,3	15,7	10,0
2010	Total	80.545	98.060	170.412	187.025	221.388	483.177	458.206	456.512	481.782	2.637.107
	defasados	488	1.640	3.678	6.291	13.030	50.702	54.384	57.357	78.669	266.239
	%	0,6	1,7	2,2	3,4	5,9	10,5	11,9	12,6	16,3	10,1

Continua.

Tabela 13: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental – Distorção idade/série – Rede Estadual
1998 / 2016

Ano	Nº de alunos matriculados	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
2011	Total	121.283	128.511	101.128	168.769	194.442	444.091	475.925	452.696	476.481	2.563.326
	defasados	1.677	1.985	3.006	5.207	10.369	44.316	50.445	54.312	72.846	244.163
	%	1,4	1,5	3,0	3,1	5,3	10,0	10,6	12,0	15,3	9,5
2012	Total	118.517	141.701	127.295	102.406	173.727	403.055	439.598	468.853	471.922	2.447.074
	defasados	2.570	3.191	3.481	4.481	8.828	39.563	46.791	51.313	69.435	229.653
	%	2,2	2,3	2,7	4,4	5,1	9,8	10,6	10,9	14,7	9,4
2013	Total	118.128	135.513	140.920	126.996	111.334	382.406	400.720	433.791	482.911	2.332.719
	defasados	2.375	3.927	4.823	4.830	7.564	35.605	41.879	46.607	63.376	210.986
	%	2,0	2,9	3,4	3,8	6,8	9,3	10,5	10,7	13,1	9,0
2014	Total	112.355	132.038	135.596	139.934	129.809	299.624	380.599	396.946	453.210	2.180.111
	defasados	2.065	3.549	5.271	5.992	6.885	32.130	37.979	41.976	59.115	194.962
	%	1,8	2,7	3,9	4,3	5,3	10,7	10,0	10,6	13,0	8,9
2015	Total	110.218	123.666	135.786	127.444	138.476	326.962	286.936	369.368	403.268	2.022.124
	defasados	1.773	2.828	8.148	5.779	6.989	33.020	31.127	35.980	49.529	175.173
	%	1,6	2,3	6,0	4,5	5,0	10,1	10,8	9,7	12,3	8,7
2016	Total	108.254	123.539	131.251	131.840	129.726	347.630	321.153	294.116	388.445	1.975.954
	defasados	1.796	2.794	7.719	8.714	7.267	37.327	34.609	35.272	47.099	182.597
	%	1,7	2,3	5,9	6,6	5,6	10,7	10,8	12,0	12,1	9,2

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Constatou-se que os percentuais registrados para a 5ª série/6º ano, correspondente ao primeiro ano do segmento anos finais do ensino fundamental, são mais elevados que os registrados na 4ª série/5º ano, (término do segmento dos anos iniciais), sendo provável que a explicação para esse fato seja a absorção pela rede estadual dos alunos concluintes do segmento dos anos iniciais na rede municipal com defasagem.

É importante lembrar que, para enfrentar o problema da distorção no ensino fundamental, a administração estadual adotou um conjunto de medidas articuladas, visando a regularização do fluxo escolar e a redução do número de alunos defasados: o regime de progressão continuada, o projeto das Classes de Aceleração e, inclusive, a expansão da oferta de vagas na modalidade da educação de jovens e adultos na rede pública.

A série organizada para acompanhar o problema da defasagem por série/ano do ensino fundamental, no período de 1998 a 2016, evidencia que os resultados foram mais promissores nos primeiros oito anos da implantação, permitindo com grande eficácia uma drástica redução no percentual de alunos com defasagem: 30,9% em 1998 para 23,3% em 2000 e 11,9% em 2005, sendo que, a partir de 2006, essa tendência de queda tem continuidade, porém com menor intensidade: 11,1% em 2006 e 9,2% em 2016, correspondendo no período a uma redução de -86,7%.

Além disso, como a retenção do aluno na mesma série/ano, por dificuldade de aprendizagem era restrita ao término de cada ciclo: na 4ª série (atual 5º ano) e na 8ª série/9º ano, duas séries/anos que por incluir alunos retidos por avaliação “repetentes” das turmas de recuperação intensiva sempre apresentavam percentuais mais elevados de defasagem.

O acompanhamento em série da evolução da defasagem evidencia um deslocamento na série/ano, depois da mudança na organização dos ciclos de aprendizagem.

A primeira, é observável no Ciclo de Alfabetização por causa da retenção de aluno do 3º ano com dificuldade de aprendizagem e consequente encaminhamento para cursar um ano de recuperação intensiva. O efeito dessa mudança é o aumento do percentual de alunos defasados no 3º ano que, em 2012, ficava em torno de 2,7 e passou para 6,0% e 5,9 %, respectivamente, em 2015 e 2016.

Processo semelhante pode ser observado na 3ª série/4º ano, por efeito cumulativo da defasagem: o aluno identificado com defasagem no ano anterior segue como aluno defasado no ano seguinte e posteriores, condição que será mantida, exceto em caso de reclassificação. Destaca-se que na 3ª série/4º ano, o percentual de alunos com defasagem permaneceu estável, oscilando entre 4,0% e 4,5% de 2006 a 2015, alcançando 6,6% em 2016.

Na 4ª série/ 5º ano os efeitos são ainda praticamente imperceptíveis, porque no período de 1998 até 2014, vigorou a organização em dois ciclos, que estabelecia a retenção por avaliação na 4ª série/5º ano. Somente, após a reorganização

normatizada no final de 2014 é que foi efetivada a mudança de dois para três ciclos, alterando a possibilidade de retenção da 4ª série/5º ano para 5ª série /6º ano do ensino fundamental.

Observando a tendência ao longo do período analisado – 1998 a 2016 nota-se na 4ª série /5º ano uma significativa redução da defasagem: 27,7 em 1998 para 5,1% em 2012 e desde então registram-se oscilações: 6,8% em 2013 decaindo para 5,3% em 2014 e 5,0% em 2015 e novo acréscimo: 5,6% em 2016.

Ao longo de praticamente vinte anos, na rede estadual, o percentual de defasagem registrado na 5ª série/6º ano (ingresso no primeiro ano dos anos finais), foi sempre superior ao registrado na 4ª série/5º ano. Assim, a retenção por avaliação, no final dos anos iniciais, (encaminhamento para cursar um ano de recuperação intensiva) não é o único fator de interferência para explicar as diferenças desses percentuais de defasagem.

Uma possível explicação para essas diferenças acentuadas e a maior defasagem dos alunos da 5ª série/6º ano está relacionada à absorção, na rede estadual, da grande maioria dos alunos que frequentam escolas municipais no segmento dos anos iniciais e que para a continuidade do ensino fundamental – anos finais - são “transferidos” para escolas da rede estadual.

Ressalta-se que, quando o aluno inicia o 6º ano com defasagem de idade o problema tem continuidade e se perpetua nos anos subsequentes, até a conclusão do ciclo de anos finais e no ingresso mais tardio no ensino médio, salvo quando o aluno obtém êxito em processos de reclassificação.

Exatamente porque representam os maiores percentuais da distorção em relação à série/ano cursado a 6ª e 7ª séries, correspondentes ao 7º ano e 8º ano na atual organização do ensino fundamental, foram sempre percentualmente os dois momentos da trajetória escolar com maior proporção de alunos com defasagem e que apresentaram maior retração.

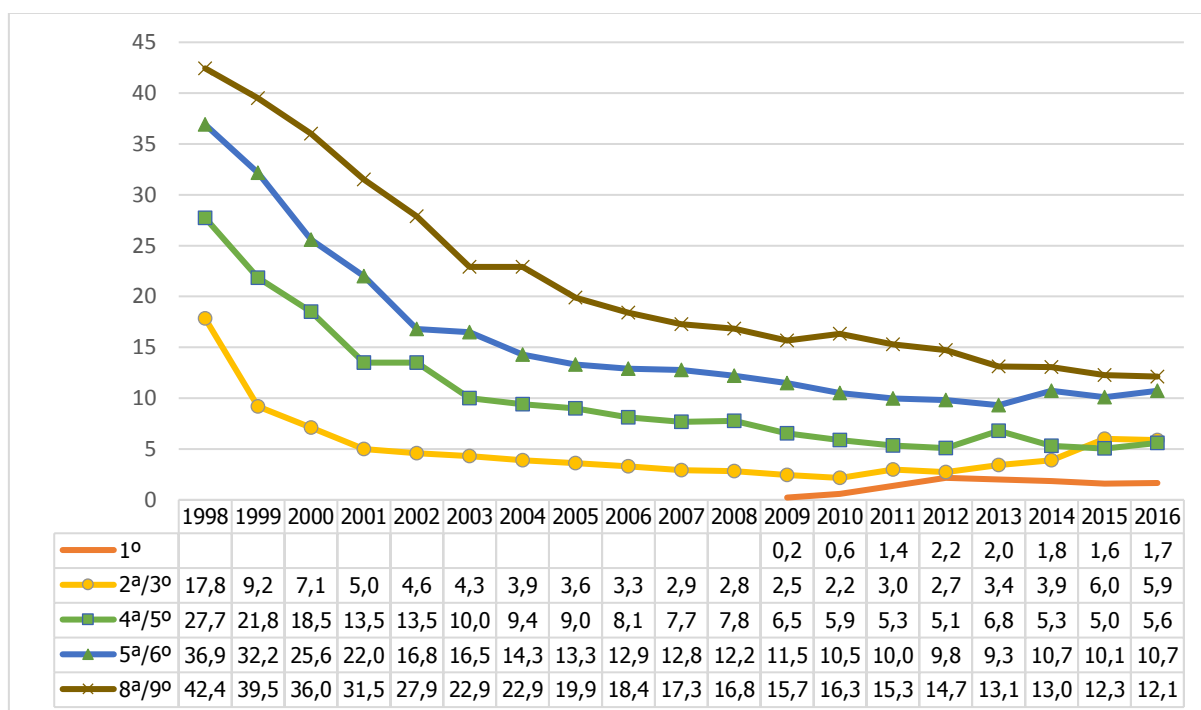
Por exemplo, no 7º ano observou-se que o percentual de alunos com defasagem decaiu de 40,7% em 1998 para 10,0% em 2014, mantendo-se em 10,8% no biênio

2015/2016. No 8º ano registrou-se uma tendência análoga; regredindo de 41,5% em 1998 para 9,7% em 2015, entretanto, em 2016, registrou-se uma retomada do crescimento para 12,0%.

Finalmente, cabe observar que na (8ª série/9º ano), passível de retenção por avaliação e de encaminhamento para um ano de recuperação intensiva, é justamente a etapa com menor percentual de defasagem no segmento dos anos finais, tanto que o percentual de alunos com defasagem que decaiu de 42,4% em 1998 para 12,1% em 2016 – o menor percentual de todo o segmento dos anos finais registrado em 19 anos.

Caso seja mantida a tendência de crescimento do percentual de defasagem observada no 7º e 8º anos, nos últimos dois anos, é provável que haja aumento desse problema na conclusão do ensino fundamental (9 anos) em função do avanço da reprovação.

Gráfico 11: Estado de São Paulo
Rede Estadual: ensino fundamental - defasagem de idade em relação ao ano cursado
1998 / 2016



Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

A esfera municipal registrou uma redução de 15,2 p.p. na distorção que decaiu de 276 mil casos em 1998 para aproximadamente 179 mil em 2016. Nos três últimos anos o percentual se manteve estável em 7,9%.

Cabe ressaltar que nos últimos dezenove anos houve uma expansão significativa dessa esfera administrativa que apresentou crescimento de 1.085.194 matrículas (ver Tabela 14).

Tabela 14: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Distorção idade/série – Rede Municipal
1998 / 2016

Ano	Nº de alunos matriculados	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
1998	Total		236.127	204.611	220.637	196.742	92.662	96.574	79.915	67.581	1.194.849
	defasados		17.091	31.264	51.212	51.965	29.779	37.146	31.345	26.467	276.269
	%		7,2	15,3	23,2	26,4	32,1	38,5	39,2	39,2	23,1
1999	Total		303.825	281.487	258.465	265.448	119.209	109.732	91.278	81.740	1.511.184
	defasados		16.822	30.741	48.150	57.727	36.436	38.179	31.848	31.110	291.013
	%		5,5	10,9	18,6	21,7	30,6	34,8	34,9	38,1	19,3
2000	Total		323.222	307.544	277.604	276.061	118.327	112.129	98.513	82.481	1.595.881
	defasados		13.523	28.097	32.086	58.406	30.229	32.847	31.187	27.219	253.594
	%		4,2	9,1	11,6	21,2	25,5	29,3	31,7	33,0	15,9
2001	Total		354.310	335.958	308.155	315.746	128.963	121.832	110.554	96.249	1.771.767
	defasados		15.699	27.869	31.794	54.664	33.311	31.631	31.089	29.656	255.713
	%		4,4	8,3	10,3	17,3	25,8	26,0	28,1	30,8	14,4
2002	Total		374.578	362.469	342.827	357.245	139.860	128.789	119.212	110.121	1.935.101
	defasados		16.044	29.107	32.156	56.073	31.522	31.580	27.704	28.701	252.887
	%		4,3	8,0	9,4	15,7	22,5	24,5	23,2	26,1	13,1
2003	Total		373.357	382.064	351.913	378.366	151.481	137.685	121.680	115.197	2.011.743
	defasados		16.127	29.812	32.727	55.547	31.290	31.122	28.338	26.228	251.191
	%		4,3	7,8	9,3	14,7	20,7	22,6	23,3	22,8	12,5
2004	Total		379.388	378.491	365.265	381.304	151.254	144.258	126.242	113.222	2.039.424
	defasados		15.770	29.699	33.095	52.198	30.336	29.530	26.764	25.559	242.951
	%		4,2	7,8	9,1	13,7	20,1	20,5	21,2	22,6	11,9
2005	Total	14.931	392.271	397.240	369.807	402.947	155.768	145.699	132.319	117.012	2.127.994
	defasados	237	14.874	29.591	33.229	52.037	28.033	28.177	23.906	22.704	232.788
	%	1,6	3,8	7,4	9,0	12,9	18,0	19,3	18,1	19,4	10,9
2006	Total	83.351	413.075	403.788	381.794	399.495	158.272	150.963	134.617	123.907	2.249.262
	defasados	944	15.026	30.071	33.511	51.158	28.656	27.229	23.449	21.802	231.846
	%	1,1	3,6	7,4	8,8	12,8	18,1	18,0	17,4	17,6	10,3
2007	Total	140.298	372.339	421.699	387.177	407.423	164.459	153.253	139.220	127.428	2.313.296
	defasados	1.083	12.609	29.010	33.026	47.565	31.193	27.199	22.095	21.544	225.324
	%	0,8	3,4	6,9	8,5	11,7	19,0	17,7	15,9	16,9	9,7
2008	Total	163.168	360.854	394.281	405.243	412.833	166.347	158.861	144.584	132.296	2.338.467

	defasados	1.656	11.261	26.246	32.023	46.501	28.241	28.979	23.239	20.579	218.725
	%	1,0	3,1	6,7	7,9	11,3	17,0	18,2	16,1	15,6	9,4

Continua.

Ensino Fundamental: Distorção idade/série – Rede Municipal 1998 / 2016

Ano	Nº de alunos matriculados	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
2009	Total	281.408	357.397	380.606	378.583	427.590	167.218	159.361	145.246	135.150	2.432.559
	defasados	1.720	10.467	24.994	29.838	44.860	27.607	26.931	23.210	20.380	210.007
	%	0,6	2,9	6,6	7,9	10,5	16,5	16,9	16,0	15,1	8,6
2010	Total	346.384	279.586	377.664	369.368	406.219	170.982	166.924	151.815	141.834	2.410.776
	defasados	2.978	9.360	24.198	28.656	42.494	26.773	28.997	24.005	22.469	209.930
	%	0,9	3,3	6,4	7,8	10,5	15,7	17,4	15,8	15,8	8,7
2011	Total	349.632	334.595	297.021	360.095	386.093	161.100	169.731	156.129	145.429	2.359.825
	defasados	3.797	10.706	21.701	27.668	38.481	24.968	27.606	24.667	22.084	201.678
	%	1,1	3,2	7,3	7,7	10,0	15,5	16,3	15,8	15,2	8,5
2012	Total	354.277	341.127	351.375	282.638	375.883	158.591	160.437	160.662	149.757	2.334.747
	defasados	4.421	11.258	22.715	24.736	35.970	23.012	25.723	23.358	21.808	193.001
	%	1,2	3,3	6,5	8,8	9,6	14,5	16,0	14,5	14,6	8,3
2013	Total	356.343	346.979	357.900	335.201	289.924	152.976	155.515	150.046	151.972	2.296.856
	defasados	4.418	11.592	24.780	26.153	31.059	22.243	23.771	21.897	20.588	186.501
	%	1,2	3,3	6,9	7,8	10,7	14,5	15,3	14,6	13,5	8,1
2014	Total	354.627	349.262	362.938	342.808	339.645	97.277	153.332	148.004	144.967	2.292.860
	defasados	4.101	10.523	25.641	28.117	31.808	17.413	23.232	20.406	19.241	180.482
	%	1,2	3,0	7,1	8,2	9,4	17,9	15,2	13,8	13,3	7,9
2015	Total	353.022	345.629	366.040	340.812	340.509	141.412	99.924	143.929	136.652	2.267.929
	defasados	3.743	9.854	27.862	28.454	31.828	19.001	19.799	20.649	17.250	178.440
	%	1,1	2,9	7,6	8,3	9,3	13,4	19,8	14,3	12,6	7,9
2016	Total	353.785	348.786	367.596	349.779	344.893	145.528	138.754	95.797	135.125	2.280.043
	defasados	3.627	8.852	26.472	30.575	33.129	21.509	20.630	17.702	17.259	179.755
	%	1,0	2,5	7,2	8,7	9,6	14,8	14,9	18,5	12,8	7,9

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

O problema da defasagem idade/série/ano cursado sempre foi residual na rede particular, especialmente, quando comparada com os resultados apurados na rede pública.

Ainda assim observou-se avanço: em 1998, o número de alunos defasados na 1ª série/2º ano era de 1.814, correspondendo a 1,8%, e, na 3ª série/4º ano, eram 3.423 representando 3,5%, aumentando para 4,1% (3.985 casos no contexto de 96.269 matrículas na 4ª série/5º ano).

Desde a implantação, em 2005/2006, do ensino organizado em 9 anos, nessa esfera administrativa, o ingresso no 1º ano, tem mantido constante o percentual de defasados, com exceção do início atípico de 20,4% em 2005 e 1,5% no biênio seguinte; a partir de 2009 até 2016, a defasagem na rede particular manteve-se estável, em torno de 1,0%, embora o número de matrículas de ingressantes e defasados seja ascendente.

Mas é sobretudo quando se analisa a questão da defasagem no segmento dos anos finais que os resultados observados, na rede particular, são relevantes. Na 5ª série/6º ano, em 1998, o percentual de defasados era 5,7% (5.692 casos de um total de 99.254 matrículas) e, em 2016 esse percentual decaiu para 3,2% (3.626 casos de um total de 113.120).

Na 6ª série/7º ano, tanto percentualmente como em números absolutos, a defasagem regrediu no período, apesar do aumento da matrícula nessa série/ano: dos 7,2% registrados em 1998 (6.853 casos em 95.764 matrículas) para 3,8% (4.371 casos em 113.913 matrículas) em 2016.

Na 7ª série/8º ano os resultados foram expressivos: em 1998, os alunos com defasagem somavam 8.038 matrículas, correspondendo a 8,8% do total de alunos (91.452) e, em 2016, foram 4.542 casos com atraso em relação ao ano cursado, representando 4,2% do total de matrículas da 7ª série/8º ano (108.841 registros), decaindo praticamente pela metade: 4,6 pontos percentuais, entre 1998 e 2016. É positivo notar que nesse período o número de alunos com defasagem no 8º ano decaiu 41,7% enquanto que o total de matrículas aumentou 24,4%.

Resultados mais promissores, em termos proporcionais quanto à redução do problema da defasagem, foram apurados na 8ª série/9º ano. Foram registrados 8.335 casos de defasagem de idade em relação à série cursada, em 1998, no contexto de 87.567, correspondendo a 9,5%. Em 2016, o número de alunos com defasagem regrediu para 4.684 entre 108.893 matrículas, correspondendo a 4,3%, portanto uma redução de 5,2 pontos percentuais entre 1998 e 2016.

Na rede particular, o problema da distorção da série/ano cursado em relação à idade sempre foi muito menos relevante. Em 1998, o número de alunos defasados na 1ª série/2º ano do ensino fundamental era de 1.814, o equivalente a 1,8%, e, na 4ª série/5º ano, eram 3.985 casos, representando 4,1% do total de matrículas e na 8ª série/9º ano o percentual de alunos com defasagem era de 9,5% (8.335 casos de um total de 87.567 matrículas).

Em 2016, no 1º ano, foi registrado apenas 0,9% de alunos com defasagem (1.141 casos) e no 2º ano 1,4% (1.807 casos) e no 5º ano o percentual de alunos com defasagem diminuiu de 4,1% em 1998 para 2,8% em 2016 (2.996 com defasagem). Também, na 8ª série/9º ano, o percentual de alunos com defasagem decaiu pela metade; representavam 9,5% de um total de 87.567 matrículas, em 1998, e 4,3%, em 2016 (ver Tabela 15 e Gráfico 12).

Tabela 15: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Distorção idade/série – Rede Particular
1998 / 2016

Ano	Nº de alunos matriculados	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
1998	Total		98.905	97.963	96.438	96.269	99.254	95.764	91.452	87.567	763.612
	defasados		1.814	2.496	3.423	3.985	5.692	6.853	8.038	8.335	40.636
	%		1,8	2,5	3,5	4,1	5,7	7,2	8,8	9,5	5,3
1999	Total		94.050	94.714	95.222	95.156	100.150	97.857	94.022	89.760	760.931
	defasados		1.643	2.133	2.740	3.463	4.843	5.941	6.395	7.390	34.548
	%		1,7	2,3	2,9	3,6	4,8	6,1	6,8	8,2	4,5
2000	Total		92.972	93.584	93.544	94.880	99.650	99.437	96.981	92.762	763.810
	defasados		1.383	2.391	2.568	3.369	4.476	5.661	5.953	6.362	32.163
	%		1,5	2,6	2,7	3,6	4,5	5,7	6,1	6,9	4,2
2001	Total		94.382	92.853	92.711	93.786	100.413	100.099	99.046	96.409	769.699
	defasados		1.405	2.020	2.440	2.967	4.112	5.001	5.627	6.017	29.589
	%		1,5	2,2	2,6	3,2	4,1	5,0	5,7	6,2	3,8
2002	Total		96.369	94.085	91.996	93.258	100.406	100.368	98.927	97.763	773.172
	defasados		1.504	2.005	2.402	2.907	3.620	4.646	5.082	5.548	27.714
	%		1,6	2,1	2,6	3,1	3,6	4,6	5,1	5,7	3,6
2003	Total		100.224	95.811	93.033	92.621	100.086	99.691	98.696	97.550	777.712
	defasados		1.581	1.980	2.193	2.811	3.455	4.172	4.574	4.947	25.713
	%		1,6	2,1	2,4	3,0	3,5	4,2	4,6	5,1	3,3
2004	Total		101.373	99.631	95.169	93.646	98.910	99.729	98.298	97.199	783.955
	defasados		1.674	2.080	2.212	2.573	3.203	3.954	4.353	4.530	24.579
	%		1,7	2,1	2,3	2,7	3,2	4,0	4,4	4,7	3,1
2005	Total	186	102.134	101.559	98.922	95.905	100.117	98.988	98.458	97.106	793.375

	defasados	38	1.741	2.021	2.174	2.726	3.070	3.920	4.201	4.440	24.331
	%	20,4	1,7	2,0	2,2	2,8	3,1	4,0	4,3	4,6	3,1
2006	Total	16.673	104.985	101.660	100.158	99.150	102.436	99.340	97.600	96.779	818.781
	defasados	262	1.595	1.905	2.045	2.715	3.043	3.616	3.993	4.202	23.376
	%	1,6	1,5	1,9	2,0	2,7	3,0	3,6	4,1	4,3	2,9

Continua.

Tabela 15: Estado de São Paulo

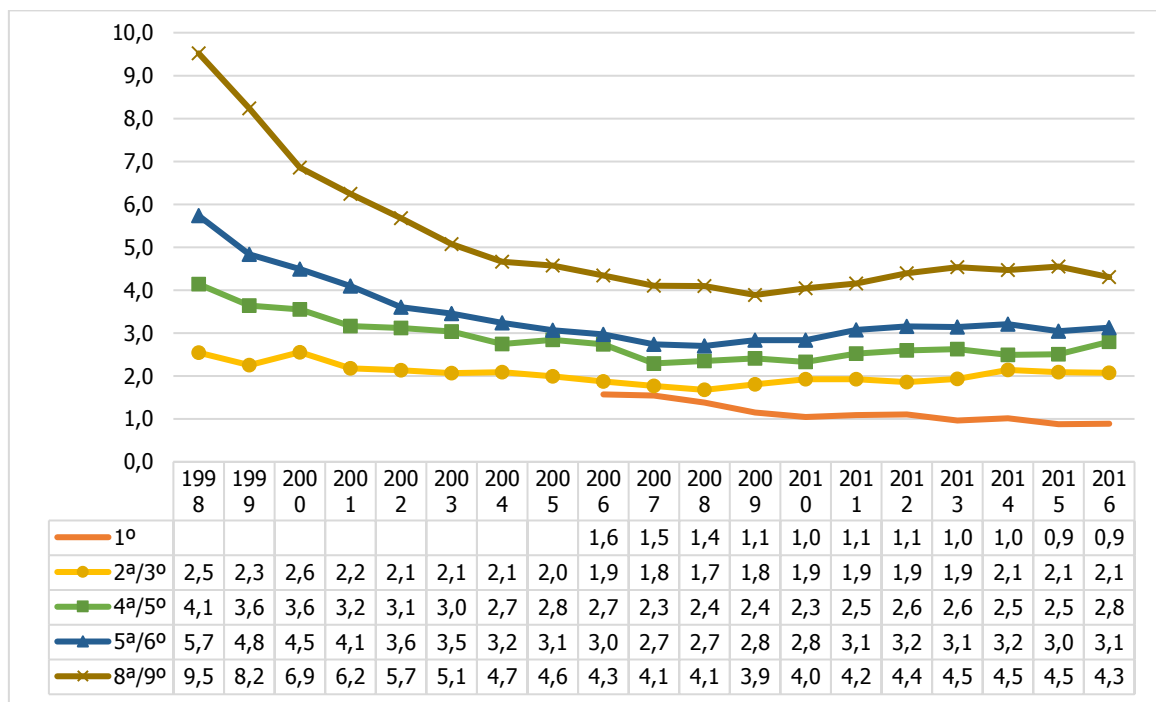
Ensino Fundamental: Distorção idade/série – Rede Particular 1998 / 2016

Ano	Nº de alunos matricu- lados	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
2007	Total	64.436	92.452	99.701	95.573	95.797	100.085	97.071	93.045	91.501	829.661
	defasados	996	1.221	1.760	1.704	2.197	2.737	3.334	3.554	3.755	21.258
	%	1,5	1,3	1,8	1,8	2,3	2,7	3,4	3,8	4,1	2,6
2008	Total	78.259	96.228	98.727	101.939	99.613	106.650	104.283	99.553	95.769	881.021
	defasados	1.083	1.436	1.655	1.811	2.341	2.880	3.556	3.648	3.924	22.334
	%	1,4	1,5	1,7	1,8	2,4	2,7	3,4	3,7	4,1	2,5
2009	Total	88.411	99.246	97.631	98.883	103.269	107.734	107.851	102.927	98.457	904.409
	defasados	1.016	1.449	1.766	1.800	2.487	3.052	3.696	3.841	3.828	22.935
	%	1,1	1,5	1,8	1,8	2,4	2,8	3,4	3,7	3,9	2,5
2010	Total	100.564	103.153	101.271	98.394	101.614	113.363	109.601	106.939	102.870	937.769
	defasados	1.053	1.392	1.948	1.971	2.362	3.215	4.015	4.090	4.161	24.207
	%	1,0	1,3	1,9	2,0	2,3	2,8	3,7	3,8	4,0	2,6
2011	Total	107.064	108.489	104.234	101.798	100.136	112.427	114.580	109.012	106.615	964.355
	defasados	1.163	1.506	2.009	2.203	2.524	3.453	4.270	4.564	4.429	26.121
	%	1,1	1,4	1,9	2,2	2,5	3,1	3,7	4,2	4,2	2,7
2012	Total	105.797	111.483	109.144	104.952	103.664	110.840	114.545	114.602	108.852	983.879
	defasados	1.168	1.696	2.031	2.427	2.695	3.494	4.292	4.881	4.787	27.471
	%	1,1	1,5	1,9	2,3	2,6	3,2	3,7	4,3	4,4	2,8
2013	Total	119.593	109.526	110.818	108.534	104.997	113.542	111.569	113.639	113.181	1.005.399
	defasados	1.150	1.831	2.143	2.295	2.755	3.568	4.324	4.855	5.132	28.053
	%	1,0	1,7	1,9	2,1	2,6	3,1	3,9	4,3	4,5	2,8
2014	Total	125.739	121.698	109.208	110.680	109.348	113.120	113.913	110.859	112.238	1.026.803
	defasados	1.278	2.000	2.336	2.450	2.723	3.626	4.371	4.853	5.013	28.650
	%	1,0	1,6	2,1	2,2	2,5	3,2	3,8	4,4	4,5	2,8
2015	Total	128.112	126.316	119.141	107.638	109.824	117.181	111.746	112.041	108.465	1.040.464
	defasados	1.124	1.948	2.486	2.657	2.756	3.566	4.294	4.776	4.935	28.542
	%	0,9	1,5	2,1	2,5	2,5	3,0	3,8	4,3	4,5	2,7
2016	Total	128.665	127.413	123.438	117.333	107.041	117.167	115.024	108.841	108.893	1.053.815
	defasados	1.141	1.807	2.561	2.864	2.996	3.659	4.123	4.542	4.684	28.377
	%	0,9	1,4	2,1	2,4	2,8	3,1	3,6	4,2	4,3	2,7

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Gráfico 12: Estado de São Paulo

Rede Particular: ensino fundamental - defasagem de idade em relação ao ano cursado 1998 / 2016



Fonte: MEC- Inep – Censo da Educação Básica.

Considerando o conjunto de todas as dependências administrativas, a diminuição da defasagem de idade/série, no ensino fundamental, no período analisado, apresentou uma queda expressiva: de 26,4% em 1998 e 7,4% em 2016, correspondendo a uma redução da ordem de 19,0 pontos percentuais caindo de 1.689.437 para 390.731 (-76,9%), portanto, um comportamento semelhante ao observado na rede estadual.

Era previsível que depois de 2014, com as alterações na organização dos ciclos na rede estadual, pudesse acontecer um aumento na defasagem, por causa da nova configuração, ampliando de dois para três os ciclos de aprendizagem no ensino fundamental.

Em três momentos distintos ao longo do ensino fundamental – 3º, 6º e 9º ano, o aluno com dificuldade de aprendizagem pode ser retido e encaminhado para cursar durante um ano uma turma de recuperação intensiva. Assim sendo, não é improvável que haja a médio prazo um aumento do número de alunos com

defasagem de idade, em razão das dificuldades de aprendizagem e reincidência de encaminhamento para a recuperação intensiva.

Em resumo, do ponto de vista quantitativo, são nítidos os avanços conquistados pela rede estadual e nas demais esferas administrativas com a adoção de medidas e estratégias voltadas à correção do fluxo escolar e, em especial, a oferta para aqueles alunos que estavam com grande defasagem idade/série de alternativas de escolarização por meio da Educação de Jovens e Adultos, modalidade que apresentou elevado incremento no número de matrículas, especialmente, entre 1998 e 2005. Seguramente, a abertura de vagas nessa modalidade de ensino teve um impacto significativo na redução da defasagem idade/série no ensino fundamental regular (ver Tabela 16).

Tabela 16: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Distorção Idade/série – Total das Redes
1998 / 2016

Ano	Nº de alunos	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
1998	Total		736.799	753.749	847.409	856.555	890.763	846.037	767.901	695.625	6.394.838
	defasados		42.219	114.220	165.997	212.193	293.362	310.225	287.075	264.146	1.689.437
	%		5,7	15,2	19,6	24,8	32,9	36,7	37,4	38,0	26,4
1999	Total		759.582	741.905	728.531	828.615	901.257	854.043	783.223	728.138	6.325.294
	defasados		35.973	66.466	107.279	163.321	260.699	270.653	263.713	258.369	1.426.473
	%		4,7	9,0	14,7	19,7	28,9	31,7	33,7	35,5	22,6
2000	Total		763.711	754.216	719.060	753.414	828.150	859.569	804.039	743.045	6.225.204
	defasados		27.072	55.397	66.459	132.709	190.711	239.202	237.225	238.031	1.186.806
	%		3,5	7,3	9,2	17,6	23,0	27,8	29,5	32,0	19,1
2001	Total		771.421	756.580	730.831	759.301	729.518	788.908	784.743	771.153	6.092.455
	defasados		26.162	46.355	59.282	104.719	147.501	174.428	185.986	217.684	962.117
	%		3,4	6,1	8,1	13,8	20,2	22,1	23,7	28,2	15,8
2002	Total		763.013	756.446	737.288	785.664	725.696	703.665	733.186	788.927	5.993.885
	defasados		25.601	45.016	53.067	104.293	116.658	138.937	136.635	196.427	816.634
	%		3,4	6,0	7,2	13,3	16,1	19,7	18,6	24,9	13,6
2003	Total		756.389	761.503	734.190	781.932	752.549	710.263	665.119	734.516	5.896.461
	defasados		24.876	44.067	51.267	89.524	117.452	119.662	119.714	150.683	717.245
	%		3,3	5,8	7,0	11,4	15,6	16,8	18,0	20,5	12,2
2004	Total		748.782	746.843	731.607	771.984	746.497	729.735	675.590	674.041	5.825.079
	defasados		23.592	42.321	49.777	82.805	104.479	114.010	104.041	136.049	657.074
	%		3,2	5,7	6,8	10,7	14,0	15,6	15,4	20,2	11,3

Continua.

Tabela 16: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Distorção Idade/série – Total das Redes
1998 / 2016

Ano	Nº de alunos	Anos									Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
2005	Total	15.117	745.192	754.583	726.210	780.892	744.065	729.183	695.712	685.029	5.875.983
	defasados	275	21.655	40.706	48.573	80.163	95.848	102.694	99.017	121.017	609.948
	%	1,8	2,9	5,4	6,7	10,3	12,9	14,1	14,2	17,7	10,4
2006	Total	100.054	781.011	748.399	730.677	767.900	755.472	727.077	700.603	703.016	6.014.209
	defasados	1.206	21.160	39.980	46.708	75.661	95.495	95.431	91.724	114.849	582.214
	%	1,2	2,7	5,3	6,4	9,9	12,6	13,1	13,1	16,3	9,7
2007	Total	204.838	697.049	773.190	717.168	761.636	740.958	728.224	690.590	703.923	6.017.576
	defasados	2.080	17.901	38.136	45.120	69.571	94.722	92.614	85.442	109.058	554.644
	%	1,0	2,6	4,9	6,3	9,1	12,8	12,7	12,4	15,5	9,2
2008	Total	241.526	658.102	718.502	752.490	760.416	746.130	728.870	709.572	714.563	6.030.171
	defasados	2.739	15.967	34.289	43.538	68.118	88.800	92.322	86.086	106.332	538.191
	%	1,1	2,4	4,8	5,8	9,0	11,9	12,7	12,1	14,9	8,9
2009	Total	375.125	633.476	673.530	697.147	784.324	741.967	729.957	702.296	720.062	6.057.884
	defasados	2.748	14.271	31.568	39.966	63.933	84.269	85.702	82.876	100.396	505.729
	%	0,7	2,3	4,7	5,7	8,2	11,4	11,7	11,8	13,9	8,3
2010	Total	527.538	480.847	649.392	654.833	729.269	767.522	734.731	715.266	726.486	5.985.884
	defasados	4.519	12.392	29.824	36.918	57.888	80.690	87.396	85.452	105.299	500.378
	%	0,9	2,6	4,6	5,6	7,9	10,5	11,9	11,9	14,5	8,4
2011	Total	578.024	571.638	502.427	630.707	680.710	717.618	760.236	717.837	728.525	5.887.722
	defasados	6.637	14.197	26.716	35.078	51.374	72.737	82.321	83.543	99.359	471.962
	%	1,1	2,5	5,3	5,6	7,5	10,1	10,8	11,6	13,6	8,0
2012	Total	578.632	594.355	587.852	490.036	653.314	672.486	714.580	744.117	730.531	5.765.903
	defasados	8.157	16.137	28.228	31.644	47.493	66.069	76.806	79.552	96.030	450.116
	%	1,4	2,7	4,8	6,5	7,3	9,8	10,7	10,7	13,1	7,8
2013	Total	594.106	592.054	609.676	570.765	506.295	648.924	667.804	697.476	748.064	5.635.164
	defasados	7.943	17.346	31.745	33.279	41.378	61.416	69.974	73.359	89.096	425.536
	%	1,3	2,9	5,2	5,8	8,2	9,5	10,5	10,5	11,9	7,6
2014	Total	592.762	603.042	607.780	593.460	578.838	510.021	647.844	655.809	710.415	5.499.971
	defasados	7.437	16.065	33.248	36.559	41.418	53.169	65.582	67.235	83.369	404.082
	%	1,3	2,7	5,5	6,2	7,2	10,4	10,1	10,3	11,7	7,3
2015	Total	591.401	595.655	621.015	575.931	588.844	585.555	498.606	625.338	648.385	5.330.730
	defasados	6.640	14.630	38.496	36.893	41.574	55.587	55.220	61.405	71.714	382.159
	%	1,1	2,5	6,2	6,4	7,1	9,5	11,1	9,8	11,1	7,2
2016	Total	590.753	599.785	622.329	599.000	581.702	610.325	574.931	498.754	632.463	5.310.042
	defasados	6.564	13.453	36.752	42.153	43.394	62.495	59.362	57.516	69.042	390.731
	%	1,1	2,2	5,9	7,0	7,5	10,2	10,3	11,5	10,9	7,4

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

A Defasagem segundo grupos de idade no ensino fundamental

Quando nos atemos à idade dos alunos do ensino fundamental regular com defasagem é compreensível que a faixa de idade de 13 a 17 anos registre uma maior proporção de alunos nessas condições. Na rede estadual, em 1998, os alunos com distorção idade/série correspondiam a 30,9% do total de matrículas, sendo que 21,4% situavam-se nessa faixa etária. Em 2016, essa proporção representou 9,2% do total das matrículas, cabendo à faixa etária de 13 a 17 anos o percentual de 7,7% (ver Tabelas 17 e 18).

Tabela 17: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Rede Estadual – evolução do número de alunos com defasagem por grupo de idade
1998 / 2016

Ano	Grupo de Idade				Total Defasados	Total Matrícula
	13 a 17	18	19	20 a 24		
1998	950.860	72.242	39.678	59.662	1.372.562	4.436.407
1999	812.220	64.969	32.588	38.173	1.100.907	4.052.972
2000	683.975	55.642	27.786	29.775	901.044	3.865.320
2001	531.220	37.166	18.116	17.966	676.812	3.550.793
2002	420.932	26.948	12.287	12.098	536.030	3.285.418
2003	353.246	20.219	7.923	7.961	440.338	3.106.812
2004	316.714	15.829	6.199	5.240	389.542	3.001.513
2005	290.702	13.067	4.731	3.782	352.828	2.954.426
2006	276.004	10.183	3.095	2.599	326.991	2.945.955
2007	262.693	8.432	2.619	1.894	308.060	2.874.280
2008	255.859	7.682	2.163	1.611	297.128	2.810.292
2009	239.189	6.215	1.502	1.143	272.785	2.720.685
2010	238.075	6.543	1.364	874	266.239	2.637.107
2011	218.732	6.087	1.101	659	244.163	2.563.326
2012	202.506	6.962	1.366	583	229.653	2.447.074
2013	183.853	5.986	1.194	505	210.986	2.332.719
2014	168.033	5.185	1.043	361	194.962	2.180.111
2015	146.712	4.582	903	341	175.173	2.022.124
2016	152.129	4.167	872	282	182.597	1.975.954

Fonte: MEC/Inep Censo da Educação Básica.

Tabela 18: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Rede Estadual – evolução do percentual de alunos com
defasagem por grupo de idade
1998 / 2016

Ano	Grupo de Idade				Taxa Total
	13 a 17	18	19	20 a 24	
1998	21,4	1,6	0,9	1,3	30,9
1999	20,0	1,6	0,8	0,9	27,2
2000	17,7	1,4	0,7	0,8	23,3
2001	15,0	1,0	0,5	0,5	19,1
2002	12,8	0,8	0,4	0,4	16,3
2003	11,4	0,7	0,3	0,3	14,2
2004	10,6	0,5	0,2	0,2	13,0
2005	9,8	0,4	0,2	0,1	11,9
2006	9,4	0,3	0,1	0,1	11,1
2007	9,1	0,3	0,1	0,1	10,7
2008	9,1	0,3	0,1	0,1	10,6
2009	8,8	0,2	0,1	0,0	10,3
2010	9,0	0,2	0,1	0,0	10,1
2011	8,5	0,2	0,0	0,0	9,5
2012	8,3	0,3	0,1	0,0	9,4
2013	7,9	0,3	0,1	0,0	9,0
2014	7,7	0,2	0,0	0,0	8,9
2015	7,3	0,2	0,0	0,0	8,7
2016	7,7	0,2	0,0	0,0	9,2

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Verifica-se essa mesma tendência no cômputo geral das redes de ensino: maior incidência de alunos defasados na faixa de 13 a 17 anos. Em 1998, o número de alunos com distorção idade/série correspondia a 1.689.437 de um total de 6.394.838 registros de matrículas, dos quais 1.133.510 situavam-se nessa faixa etária. Em 2016, o total de matrículas no ensino fundamental regular decaiu para 5.310.042 registros, dos quais 257.104 entre 13 a 17 anos (ver Tabela 19).

Tabela 19: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Total das Redes – evolução em números absolutos da matrícula
de alunos com defasagem por grupo de idade
1998 / 2016

Ano	Grupo de Idade				Total Defasados	Total Matrícula
	13 a 17	18	19	20 a 24		
1998	1.133.510	80.639	43.635	65.279	1.689.437	6.394.838
1999	1.001.151	74.649	36.853	42.813	1.426.473	6.325.294
2000	851.685	63.675	31.511	33.712	1.186.806	6.225.204
2001	697.605	44.321	21.696	22.592	962.117	6.092.455
2002	580.600	32.622	14.918	15.671	816.634	5.993.885
2003	506.340	25.133	10.041	11.629	717.245	5.896.461
2004	462.956	20.203	8.096	8.130	657.074	5.825.079
2005	431.268	16.146	5.734	5.128	609.948	5.875.983
2006	414.220	13.042	3.959	3.838	582.214	6.014.209
2007	396.394	10.810	3.637	3.448	554.644	6.017.576
2008	390.760	9.934	2.846	2.496	538.191	6.030.171
2009	370.503	8.230	2.074	1.830	505.729	6.057.884
2010	374.139	8.573	1.911	1.497	500.378	5.985.884
2011	350.917	8.163	1.580	1.105	471.962	5.887.722
2012	328.590	9.039	1.807	1.009	450.127	5.765.903
2013	303.402	7.791	1.621	871	425.543	5.635.164
2014	278.834	6.935	1.441	691	404.099	5.499.971
2015	251.951	6.108	1.255	661	382.159	5.330.730
2016	257.104	5.606	1.198	540	390.731	5.310.042

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

O cenário para o conjunto das redes é semelhante ao observado na rede estadual, recaindo na faixa de 13 a 17 anos a maior proporção de alunos com defasagem. Em 1998, os alunos com distorção idade/série/ano correspondiam a 26,4% do total de matrículas, sendo que 17,7% situavam-se nesse grupo etário e, em 2016, essa proporção decaiu para 7,4% do total de matrículas o equivalente a 4,8% na faixa de 13 a 17 anos (ver Tabela 20).

Tabela 20: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Total das Redes – evolução do percentual de alunos com
defasagem por grupo de idade
1998 / 2016

Ano	Grupo de Idade				Taxa Total
	13 a 17	18	19	20 a 24	
1998	17,7	1,3	0,7	1,0	26,4
1999	15,8	1,2	0,6	0,7	22,6
2000	13,7	1,0	0,5	0,5	19,1
2001	11,5	0,7	0,4	0,4	15,8
2002	9,7	0,5	0,2	0,3	13,6
2003	8,6	0,4	0,2	0,2	12,2
2004	7,9	0,3	0,1	0,1	11,3
2005	7,3	0,3	0,1	0,1	10,4
2006	6,9	0,2	0,1	0,1	9,7
2007	6,6	0,2	0,1	0,1	9,2
2008	6,5	0,2	-	-	8,9
2009	6,1	0,1	-	-	8,3
2010	6,3	0,1	-	-	8,4
2011	6,0	0,1	-	-	8,0
2012	5,7	0,2	-	-	7,8
2013	5,4	0,1	-	-	7,6
2014	5,1	0,1	-	-	7,3
2015	4,7	0,1	-	-	7,2
2016	4,8	0,1	-	-	7,4

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Concluintes do ensino fundamental: Implicações da idade de ingresso

Além de estabelecer a universalização do ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos, a Meta 2 do PEE propõe que pelo menos 95,0% dos alunos do ensino fundamental concluam essa etapa da educação básica na idade recomendada, em consonância com a meta fixada no Plano Nacional de Educação-PNE.

Na fase anterior à implantação do ensino organizado em nove anos, ou seja, na organização em 8 séries, a idade estabelecida para ingresso na 1ª série era 7 anos completos ou a completar até 31 de dezembro. Considerando as oito séries da legislação anterior, um aluno bem-sucedido, com uma trajetória escolar sem

reprovação, concluía o ensino fundamental aos 14 anos e ou no máximo 15 anos dependendo da idade de ingresso (ver Quadros 1 e 2).

Quadro 1 – Simulação: ensino fundamental organizado em 8 séries: ano de nascimento do aluno em 2001, ingressante na 1ª série em 2008 e trajetória /conclusão

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Idade	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Série	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série

Quadro 2 – Simulação: concludente do ensino fundamental e ingressante aos 15 anos no ensino médio

Ano	2016	2017	2018
Idade	15 anos	16 anos	17 anos
Série	1ª série	2ª série	3ª série

A partir de 2009, com a implantação do ensino de nove anos, houve alteração no parâmetro referente à idade para ingresso no 1º ano do ensino fundamental, que passou a ser 6 anos completos ou a completar até 30 de junho, ressalvado um período de transição de dois anos, que admitiu o ingresso no ensino fundamental de todas as crianças que tinham completado a terceira etapa da pré-escola, independente do mês do seu aniversário.

Para o ano de 2009, a Deliberação CEE 73/2008, abriu exceção, permitindo aos egressos da terceira e última fase da pré-escola, que fossem completar 7 anos no decorrer de todo o ano letivo ingressassem no 2º ano do ensino fundamental.

Após o período de transição para ajuste na idade, foi fixado um novo critério em relação à idade de ingressante no 1º ano do ensino fundamental: 6 anos completos ou a completar até 30 de junho, ou seja, ingresso somente para as crianças nascidas no 1º semestre, havendo a restrição para a efetivação da matrícula no 1º ano para crianças que completassem 6 anos no 2º semestre, para as quais a norma recomenda explicitamente a permanência na pré-escola.

Assim sendo, considerando que no ensino de 9 anos passou a acontecer certa restrição em relação à idade de ingresso, entende-se que, salvo condições de excepcionalidade, sempre haverá diferenças em relação à idade mínima para a conclusão do ensino fundamental (organizado em nove anos) entre os alunos

nascidos no primeiro e segundo semestre, mesmo que a trajetória tenha transcorrido sem nenhuma reprovação, conforme exemplificado no Quadro 3.

Quadro 3 - Simulação: ensino fundamental organizado em 9 anos: ano de nascimento do aluno 2005 e ano de ingresso no 1º ano em 2011

Nascidos no 1º semestre			Nascidos no 2º semestre		
Ano	Idade	Ano/Série cursada	Ano	Idade	Ano/Série cursada
2011	6	1º	2011	6	Pré- escola
2012	7	2º	2012	7	1º
2013	8	3º	2013	8	2º
2014	9	4º	2014	9	3º
2015	10	5º	2015	10	4º
2016	11	6º	2016	11	5º
2017	12	7º	2017	12	6º
2018	13	8º	2018	13	7º
2019	14	9º	2019	14	8º
2020	15	1ª série EM	2020	15	9º
2021	16	2ª série EM	2021	16	1ª série EM
2022	17	3ª série EM	2022	17	2ª série EM
2023			2023	18	3ª série EM

Para demonstrar essas diferenças optou-se por apresentar no quadro acima uma simulação que exemplifica duas situações distintas em função de corte de idade/ingresso. O aluno nascido no primeiro semestre de 2005, que ingressou na 1ª série em 2011, e que não teve nenhuma retenção na trajetória escolar, poderá concluir o ensino fundamental em 2019 aos 14 anos de idade, estando apto para ingressar no Ensino Médio – 1ª série em 2020, quando deverá completar 15 anos no decorrer do 1º semestre letivo.

Mas o aluno nascido no segundo semestre de 2005, foi matriculado na pré-escola em 2011 e ingressou no 1º ano do fundamental em 2012; em 2020 estará cursando o 9º ano do ensino fundamental.

Concluintes do ensino fundamental

A evolução em número absoluto e percentual de concluintes, no período de 1998 a 2016, é outra informação que comprova a melhoria do desempenho do sistema,

alcançada com a regularização do fluxo escolar. Com a redução do problema crônico de atendimento de alunos com elevada defasagem de idade, o número absoluto de concluintes do ensino fundamental diminuiu, pois, cada vez mais, o aluno concluiu esse nível de ensino na idade adequada (Tabela 21).

Tabela 21: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Evolução do número de concluintes por dependência administrativa
1998 – 2016

Ano	Número				Percentual		
	Estadual	Municipal	Particular	Total	Estadual	Municipal	Particular
1998	494.785	71.964	87.118	653.867	75,7	11,0	13,3
1999	488.998	61.506	84.708	635.212	77,0	9,7	13,3
2000	482.416	73.539	89.639	645.594	74,7	11,4	13,9
2001	483.773	84.041	92.750	660.564	73,2	12,7	14,0
2002	483.648	96.595	93.577	673.820	71,8	14,3	13,9
2003	418.093	99.512	93.703	611.308	68,4	16,3	15,3
2004	357.370	96.716	93.078	547.164	65,3	17,7	17,0
2005	369.608	102.343	92.555	564.506	65,5	18,1	16,4
2006	-	-	-	-	-	-	-
2007	369.662	104.440	87.170	561.272	65,9	18,6	15,5
2008	362.543	110.621	90.404	563.568	64,3	19,6	16,0
2009	389.490	117.089	93.443	600.022	64,9	19,5	15,6
2010	391.511	124.627	97.535	613.673	63,8	20,3	15,9
2011	380.145	127.311	99.652	607.108	62,6	21,0	16,4
2012	390.605	134.618	103.372	628.595	62,1	21,4	16,4
2013	406.511	136.462	107.657	650.630	62,5	21,0	16,5
2014	384.637	127.605	106.733	618.975	62,1	20,6	17,2
2015	347.247	123.439	102.956	573.642	60,5	21,5	17,9
2016	246.922	107.119	72.025	426.066	58,0	25,1	16,9

Fonte: MEC / INEP – Censo da Educação Básica.

Nota: O Censo Escolar 2007 não coletou os concluintes de 2006.

O comparativo referente à distribuição dos concluintes por faixa etária, entre 1998 a 2005, possibilita observar os efeitos da progressão continuada, na rede da Secretaria de Educação, onde se constata um significativo avanço na regularização do fluxo escolar e na redução da distorção idade/série, uma vez que, ano a ano, houve aumento na proporção de alunos que concluem o ensino fundamental na faixa de idade adequada.

Em 1998, somente 60,3% dos concluintes do ensino fundamental, em escolas da rede estadual, tinham idade igual ou inferior a 15 anos; esta proporção foi ampliando, gradativamente, até atingir 87%, em 2005. Consequentemente, as proporções de

concluintes entre os grupos de idade de 16 a 18 anos e mais idades declinam ao longo desse período: de 39,7%, em 1998, para 13%, em 2005 (Tabela 22).

Tabela 22: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Rede Estadual – Evolução do percentual de concluintes
por grupos de idade
1998 – 2005

Grupo de Idade	Ano de Conclusão								Evolução
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
até 15 anos	60,3	64,0	69,5	74,2	77,3	82,6	83,6	87,0	26,7
16 a 18 anos	32,8	30,5	26,4	23,0	20,6	16,1	15,4	12,5	-20,3
19 a 23 anos	5,7	4,5	3,4	2,3	1,7	1,1	0,8	0,4	-5,3
24 a 28 anos	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	-0,7
29 e mais	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	-0,4
16 e mais	39,7	36,0	30,5	25,8	22,7	17,4	16,4	13,0	-26,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: MEC / INEP – Censo Escolar in SEE/SP – Informe do Censo Escolar / Série Documentos.

Essa mesma tendência de crescimento do número de concluintes do ensino fundamental, na idade correta, aconteceu também no cômputo geral, total das redes. Em 1998, somente 64,7% dos concluintes do ensino fundamental tinham até 15 anos de idade. Em 2005, o percentual de concluintes nessa faixa de idade alcançou 88,0%, portanto, um comportamento semelhante ao constatado na rede estadual (Tabela 23).

Tabela 23: Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Total das Redes – Evolução do Percentual de concluintes
por grupos de idade
1998 – 2005

Grupo de Idade	Ano de Conclusão								Evolução
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
até 15 anos	64,7	68,0	72,9	76,9	79,8	84,3	85,4	88,0	23,2
16 a 18 anos	29,5	27,4	23,5	20,6	18,2	14,5	13,7	11,6	-17,9
19 a 23 anos	4,8	3,8	3,0	2,0	1,5	0,9	0,7	0,3	-4,5
24 a 28 anos	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	-0,6
29 e mais	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,3
16 e mais	35,3	32,0	27,1	23,1	20,2	15,7	14,6	12,0	-23,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: MEC / INEP – Censo Escolar in SEE/SP – Informe do Censo Escolar / Série Documentos.

Infelizmente, não dispomos de informações referentes aos anos mais recentes, obedecendo ao mesmo critério de composição quanto aos grupos de idade, pois o levantamento do Censo Escolar, além de não captar essa informação para o ano de

2006, alterou, a partir de 2007, os intervalos dos grupos etários quanto ao número de concluintes.

A evolução do número e percentual de concluintes, entre 2007 e 2016, comprova a melhoria do desempenho do sistema, alcançada com a regularização do fluxo escolar. Em 2007, no conjunto das redes, somente 57,5% dos alunos concluintes tinham menos de 15 anos de idade e esse percentual evoluiu para 66,4% em 2014, apresentando uma pequena redução em 2015 e 2016, respectivamente, 64,8% e 64,5%.

De 2007 a 2014, o percentual de alunos concluintes com defasagem – alunos na faixa etária de 15 a 17 anos regrediu de 41,7% para 33,1%. Em 2015 e 2016 observou-se um pequeno aumento desse percentual: 34,7% e 35,0%, ou seja, um registro coerente com a diminuição do número de concluintes com menos 15 anos.

Considerando o número de concluintes dos grupos etários que compreendem *18 anos ou mais* de idade, é natural que o percentual de alunos concluintes no ensino regular seja insignificante, inferior a 1,0%. Ainda, assim nota-se uma diminuição: em 2007, correspondia a 0,8%, decaindo para 0,4% em 2016. Parte dessa redução é consequência do interesse do aluno pela transferência para a Educação de Jovens e Adultos, a preferência por buscar a certificação por meio de exames - ENCEJA, ENEM e em cursos de educação a distância mais flexíveis ou a desistência – evasão definitiva da escola (Tabela 24).

Tabela 24 – Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Total das Redes – Evolução do número de concluintes
por grupos de idade
2007 – 2016

Ano	Grupo de Idade							Total
	< que 15	15 a 17 anos	Até 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	> que 29	
2007	322.844	233.968	556.812	3.339	604	145	372	561.272
2008	337.441	221.849	559.290	3.101	506	94	149	563.140
2009	362.782	233.363	596.145	3.283	453	60	81	600.022
2010	378.683	231.183	609.866	3.258	410	62	77	613.673
2011	383.653	220.106	603.759	2.911	309	42	87	607.108
2012	389.507	235.565	625.072	3.098	326	35	64	628.595
2013	426.013	221.603	647.616	2.688	271	20	35	650.630
2014	411.117	205.040	616.157	2.538	231	25	24	618.975
2015	371.703	199.245	570.948	2.382	228	38	46	573.642
2016	274.920	149.276	424.196	1.645	167	21	37	426.066

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Tabela 25 – Estado de São Paulo
Ensino Fundamental: Total das Redes – Evolução do percentual de concluintes
por grupos de idade
2007 – 2016

Ano	Grupo de Idade							Total
	< que 15	15 a 17 anos	Até 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	> que 29	
2007	57,5	41,7	99,2	0,6	0,1	-	0,1	100,0
2008	59,9	39,4	99,3	0,6	0,1	-	-	100,0
2009	60,5	38,9	99,4	0,5	0,1	-	-	100,0
2010	61,7	37,7	99,4	0,5	0,1	-	-	100,0
2011	63,2	36,3	99,4	0,5	0,1	-	-	100,0
2012	62,0	37,5	99,4	0,5	0,1	-	-	100,0
2013	65,5	34,1	99,5	0,4	-	-	-	100,0
2014	66,4	33,1	99,5	0,4	-	-	-	100,0
2015	64,8	34,7	99,5	0,4	-	-	-	100,0
2016	64,5	35,0	99,6	0,4	-	-	-	100,0

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica.

Ensino Fundamental: Tendência da Evolução da Escolaridade

O Censo Demográfico 2010 indicou que 71,2% dos jovens residentes no Estado de São Paulo, entre 15 e 17 anos de idade, tinham o ensino fundamental completo, evidenciando um progresso importante quando comparado com os resultados apurados nos dois levantamentos censitários anteriores: 31,7%, em 1991 e 60,5%,

em 2000. Considerando as idades de 16 a 18 anos esses percentuais são mais expressivos, evoluindo de 39,5% em 1991 para 68,7% no ano 2000 e 78,4% em 2010.

Apontou também que 83,0% dos jovens, entre 18 a 24 anos de idade, residentes no Estado de São Paulo, em 2010, tinha o ensino fundamental completo, comprovando o aumento na escolaridade da população jovem, especialmente, quando confrontado com os resultados apurados nos dois levantamentos censitários anteriores: 48,3%, em 1991 e 69,1%, em 2000 (ver Tabela 26)

**Tabela 26: Unidades da Federação
Evolução do percentual de pessoas com
Ensino Fundamental completo por grupos de idade
1991 – 2000 – 2010**

(classificação em ordem decrescente da faixa de 15 a 17 anos)

Unidades da Federação	15 a 17 anos			16 a 18 anos			18 a 24 anos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
São Paulo	31,7	60,5	71,2	39,5	68,7	78,4	48,3	69,1	83,0
Santa Catarina	31,4	54,0	69,2	37,6	61,2	77,6	45,3	61,1	83,4
Distrito Federal	31,1	49,2	66,3	39,4	58,0	78,0	54,7	65,7	83,3
Paraná	24,9	59,3	65,6	31,4	66,6	72,3	40,4	63,9	78,6
Goiás	18,0	36,8	62,8	24,9	45,1	71,6	36,6	50,6	77,3
Mato Grosso	15,7	37,7	62,2	21,1	45,8	70,2	30,2	50,7	74,1
Espírito Santo	23,7	47,1	61,3	29,0	54,8	70,3	38,5	57,0	76,8
Rio Grande do Sul	29,7	52,6	61,1	35,8	60,4	70,6	42,0	62,5	79,3
Minas Gerais	17,3	45,4	60,9	23,4	55,2	70,2	33,8	55,5	76,0
Tocantins	8,6	26,1	57,2	12,8	35,0	66,5	23,1	45,7	74,8
Ceará	10,5	25,0	56,9	15,2	33,5	66,7	26,6	41,6	72,7
Rio Janeiro	29,4	44,4	55,7	39,0	54,7	68,0	53,3	62,0	79,2
Mato Grosso do Sul	18,8	39,4	55,2	23,9	46,6	63,8	33,5	51,6	72,9
Roraima	17,3	36,0	54,9	24,1	47,3	65,1	32,2	57,0	74,0
Amapá	16,7	31,2	54,3	23,0	42,7	63,6	37,9	55,3	74,0
Acre	10,0	24,0	52,9	14,2	30,9	61,2	25,7	39,7	65,3
Rondônia	10,8	29,1	52,3	14,3	35,3	61,8	23,9	40,8	69,0
Rio Grande do Norte	13,4	27,2	48,8	18,5	35,0	58,5	31,7	43,8	68,3
Maranhão	9,9	19,1	47,8	14,7	25,6	57,5	25,8	36,0	64,6
Pernambuco	13,6	25,2	47,0	18,8	32,3	56,5	30,5	41,5	64,1
Piauí	7,1	17,1	45,2	10,7	23,2	56,6	23,2	32,7	65,5
Paraíba	9,9	19,7	44,9	13,9	26,3	54,4	26,1	35,0	63,9
Bahia	9,0	20,0	43,1	13,5	27,2	53,0	25,2	37,9	64,7
Amazonas	11,5	22,2	42,4	16,5	30,1	52,2	31,0	42,2	64,4
Sergipe	10,2	18,9	40,1	14,7	26,2	51,1	26,6	36,6	64,5
Pará	10,6	18,9	39,9	15,9	26,7	50,0	28,8	39,6	60,8
Alagoas	9,5	15,4	39,6	14,1	20,4	48,1	24,9	29,3	57,1

Fonte: PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro: Atlas 2013.

Em 2017, dados recém-publicados pelo IPEA - Radar 2011-2015, com base nas informações das últimas PNAD's reconfirmam a tendência positiva de uma evolução constante dos percentuais da população com ensino fundamental completo.

Entre a população de 15 a 17 anos o percentual de adolescentes com ensino fundamental completo passou de 78,9% em 2011 para 83,6 % em 2015, uma variação positiva de 4,7 pontos percentuais, em apenas cinco anos. No grupo etário de 18 a 24 anos, esse diferencial foi menor apenas 0,5 pontos percentuais, uma vez que a proporção de jovens com ensino fundamental completo já era elevada: 92,8% em 2011 e 93,3% em 2015.

Também se verificou aumentos entre a população de 18 e mais e 25 e mais que incorpora a população com mais idade, evidenciando um sinal positivo de crescimento nos índices de escolaridade inclusive entre a população adulta (Tabela 27).

Tabela 27: Estado de São Paulo
Evolução do percentual de pessoas com
Ensino Fundamental completo por grupos de idade
2011/2015

Ano	Fundamental completo			
	15 a 17	18 a 24	18 e mais	25 e mais
2011	78,9	92,8	70,3	66,4
2012	80,1	91,3	69,7	66,1
2013	80,2	92,4	71,2	67,7
2014	82,6	92,5	70,4	66,7
2015	83,6	93,3	72,0	68,6
Variação 2011/2015				
	4,7	0,5	1,7	2,2

Fonte: IPEA – Radar.

Em 2006, a "*Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*", publicação divulgada pelo IBGE, demonstrou que o Estado de São Paulo apresentava a melhor média esperada de conclusão entre todas as Unidades da Federação: na 8ª série, alcançava 76,9%, enquanto que a média nacional era de apenas 53,8%. Consequentemente, o tempo médio esperado para a conclusão, em número de anos, previsto para o Estado de São Paulo, de 8,6 anos, era também o mais favorável do País.

No entanto, as edições posteriores dessa publicação deixaram de contemplar, no conjunto de suas tabulações esses dois indicadores: a média esperada de conclusão do ensino fundamental e o número de anos previstos para sua conclusão.

A plataforma – Atlas do Desenvolvimento Social, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com outras instituições, publica o Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios – IDHM, pautado num conjunto de variáveis dentre as quais a estimativa da expectativa média do número de anos de estudos que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.

Os dados apresentados comprovam que a educação paulista teve sucesso na escolarização da população em idade escolar e todos os indicadores educacionais sinalizam que a universalização do ensino fundamental, alcançando os 100% - a totalidade das crianças e adolescentes frequentando escola deve acontecer em breve com as políticas de inclusão.

Entretanto, na medida em que os adolescentes avançam para etapas subsequentes da escolarização, fica evidente que ainda persistem problemas de percurso que afetam o processo de continuidade de estudos. Tanto assim que, no Brasil, o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos de idade com o ensino fundamental completo, permanece como um dos entraves a ser combatido seriamente por meio de ações de políticas públicas eficazes.

Entre 1991 e 2010, na média brasileira, o percentual de pessoas de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo passou de 20,0%, em 1991, para 57,2%, em 2010, um índice muito aquém das expectativas, quando se considera a obrigatoriedade do ensino fundamental.

São Paulo cede sua posição de liderança, como estado com mais elevado percentual de pessoas com fundamental completo, a partir de agrupamentos etários superiores a 17 anos de idade. Na faixa etária de 18 a 24 anos, duas outras unidades da federação – Santa Catarina com 83,4% e Distrito Federal com 83,3%, obtiveram,

em 2010, índices ligeiramente superiores aos 83,0% registrados no Estado de São Paulo.

O Estado se sobressai no cenário nacional por ter acumulado, ao longo dos anos, resultados positivos na gestão educacional: proporcionando o acesso, inovando com estratégias bem-sucedidas para garantir a permanência do aluno, com redução nas taxas de reprovação e abandono escolar e da distorção idade série/ano.

O desafio atual é possibilitar a continuidade desse processo e novos avanços que somente serão concretizados por meio de ações inovadoras, bem-sucedidas e eficazes, sem que haja o rompimento do preceito que possibilitou a ruptura da seletividade. As conquistas até agora alcançadas terão sobrevida e ainda melhores resultados se a escola for eficiente e combater com eficácia a reprovação e o abandono escolar, problemas antigos que ameaçam de tempos em tempos ganhar novo fôlego, em nome da melhoria da qualidade.

ANEXO 1

Estado de São Paulo - Ensino Fundamental - Total das Redes
Matriculas dos Anos Finais - Participação por Dependência Administrativa
1985, 1990, 1995-2016

Ensino Fundamental - Anos Finais							
Ano	Total	Estadual		Municipal		Particular	
		nº	%	nº	%	nº	%
1985	1.872.015	1.490.226	79,6	180.694	9,7	201.095	10,7
1990	2.335.756	1.819.132	77,9	207.596	8,9	309.028	13,2
1995	3.145.638	2.484.932	79,0	293.710	9,3	366.996	11,7
1996	3.126.853	2.450.591	78,4	304.787	9,7	371.475	11,9
1997	3.153.239	2.454.462	77,8	325.909	10,3	372.868	11,8
1998	3.200.326	2.489.557	77,8	336.732	10,5	374.037	11,7
1999	3.266.661	2.482.913	76,0	401.959	12,3	381.789	11,7
2000	3.234.803	2.434.523	75,3	411.450	12,7	388.830	12,0
2001	3.074.322	2.220.757	72,2	457.598	14,9	395.967	12,9
2002	2.951.474	2.056.028	69,7	497.982	16,9	397.464	13,5
2003	2.862.447	1.940.381	67,8	526.043	18,4	396.023	13,8
2004	2.834.295	1.896.751	66,9	542.771	19,2	394.773	13,9
2005	2.853.989	1.908.522	66,9	550.798	19,3	394.669	13,8
2006	2.886.168	1.922.254	66,6	567.759	19,7	396.155	13,7
2007	2.863.698	1.897.636	66,3	584.360	20,4	381.702	13,3
2008	2.899.135	1.890.792	65,2	602.088	20,8	406.255	14,0
2009	2.894.282	1.870.338	64,6	606.975	21,0	416.969	14,4
2010	2.944.005	1.879.677	63,8	631.555	21,5	432.773	14,7
2011	2.924.216	1.849.193	63,2	632.389	21,6	442.634	15,1
2012	2.861.714	1.783.428	62,3	629.447	22,0	448.839	15,7
2013	2.762.268	1.699.828	61,5	610.509	22,1	451.931	16,4
2014	2.524.089	1.530.379	60,6	543.580	21,5	450.130	17,8
2015	2.357.884	1.386.534	58,8	521.917	22,1	449.433	19,1
2016	2.316.473	1.351.344	58,3	515.204	22,2	449.925	19,5

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Estado de São Paulo - Ensino Fundamental - Rede Estadual
Matrícula Inicial por Segmento
1985, 1990, 1995-2016

Ano	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
1985	2.488.281	1.490.226	3.978.507	62,5	37,5
1990	2.892.427	1.819.132	4.711.559	61,4	38,6
1995	2.778.180	2.484.932	5.263.112	52,8	47,2
1996	2.627.948	2.450.591	5.078.539	51,7	48,3
1997	2.180.098	2.454.462	4.634.560	47,0	53,0
1998	1.946.850	2.489.557	4.436.407	43,9	56,1
1999	1.570.059	2.482.913	4.052.972	38,7	61,3
2000	1.430.797	2.434.523	3.865.320	37,0	63,0
2001	1.330.036	2.220.757	3.550.793	37,5	62,5
2002	1.229.390	2.056.028	3.285.418	37,4	62,6
2003	1.166.431	1.940.381	3.106.812	37,5	62,5
2004	1.104.762	1.896.751	3.001.513	36,8	63,2
2005	1.045.904	1.908.522	2.954.426	35,4	64,6
2006	1.023.731	1.922.254	2.945.985	34,8	65,2
2007	976.764	1.897.636	2.874.400	34,0	66,0
2008	919.677	1.890.792	2.810.469	32,7	67,3
2009	850.347	1.870.338	2.720.685	31,3	68,7
2010	757.430	1.879.677	2.637.107	28,7	71,3
2011	714.133	1.849.193	2.563.326	27,9	72,1
2012	663.646	1.783.428	2.447.074	27,1	72,9
2013	632.891	1.699.828	2.332.719	27,1	72,9
2014	649.732	1.530.379	2.180.111	29,8	70,2
2015	635.590	1.386.534	2.022.124	31,4	68,6
2016	624.610	1.351.344	1.975.954	31,6	68,4

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Estado de São Paulo - Ensino Fundamental - Rede Municipal
Matrícula Inicial por Segmento
1985, 1990, 1995-2016

Ano	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
1985	325.990	180.694	506.684	64,3	35,7
1990	350.080	207.596	557.676	62,8	37,2
1995	352.790	293.710	646.500	54,6	45,4
1996	421.917	304.787	726.704	58,1	41,9
1997	749.941	325.909	1.075.850	69,7	30,3
1998	858.087	336.732	1.194.819	71,8	28,2
1999	1.109.225	401.959	1.511.184	73,4	26,6
2000	1.184.431	411.450	1.595.881	74,2	25,8
2001	1.314.169	457.598	1.771.767	74,2	25,8
2002	1.437.119	497.982	1.935.101	74,3	25,7
2003	1.485.700	526.043	2.011.743	73,9	26,1
2004	1.533.098	542.771	2.075.869	73,9	26,1
2005	1.577.196	550.798	2.127.994	74,1	25,9
2006	1.681.503	567.759	2.249.262	74,8	25,2
2007	1.728.936	584.360	2.313.296	74,7	25,3
2008	1.736.379	602.088	2.338.467	74,3	25,7
2009	1.825.584	606.975	2.432.559	75,0	25,0
2010	1.779.221	631.555	2.410.776	73,8	26,2
2011	1.727.436	632.389	2.359.825	73,2	26,8
2012	1.705.300	629.447	2.334.747	73,0	27,0
2013	1.686.347	610.509	2.296.856	73,4	26,6
2014	1.749.280	543.580	2.292.860	76,3	23,7
2015	1.746.012	521.917	2.267.929	77,0	23,0
2016	1.764.839	515.204	2.280.043	77,4	22,6

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Estado de São Paulo - Ensino Fundamental - Rede Pública
Matrícula Inicial por Segmento
1985, 1990, 1995-2016

Ano	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
1985	2.814.271	1.670.920	4.485.191	62,7	37,3
1990	3.242.507	2.026.728	5.269.235	61,5	38,5
1995	3.130.970	2.778.642	5.909.612	53,0	47,0
1996	3.049.865	2.755.378	5.805.243	52,5	47,5
1997	2.930.039	2.780.371	5.710.410	51,3	48,7
1998	2.804.937	2.826.289	5.631.226	49,8	50,2
1999	2.679.284	2.884.872	5.564.156	48,2	51,8
2000	2.615.228	2.845.973	5.461.201	47,9	52,1
2001	2.644.205	2.678.355	5.322.560	49,7	50,3
2002	2.666.509	2.554.010	5.220.519	51,1	48,9
2003	2.652.131	2.466.424	5.118.555	51,8	48,2
2004	2.637.860	2.439.522	5.077.382	52,0	48,0
2005	2.623.100	2.459.320	5.082.420	51,6	48,4
2006	2.705.234	2.490.013	5.195.247	52,1	47,9
2007	2.705.700	2.481.996	5.187.696	52,2	47,8
2008	2.656.056	2.492.880	5.148.936	51,6	48,4
2009	2.675.931	2.477.313	5.153.244	51,9	48,1
2010	2.536.651	2.511.232	5.047.883	50,3	49,7
2011	2.441.569	2.481.582	4.923.151	49,6	50,4
2012	2.368.946	2.412.875	4.781.821	49,5	50,5
2013	2.319.238	2.310.337	4.629.575	50,1	49,9
2014	2.399.012	2.073.959	4.472.971	53,6	46,4
2015	2.381.602	1.908.451	4.290.053	55,5	44,5
2016	2.389.449	1.866.548	4.255.997	56,1	43,9

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Nota: Não Inclui Rede Federal.

Estado de São Paulo - Ensino Fundamental - Rede Particular
Matrícula Inicial por Segmento
1985, 1990, 1995-2016

Ano	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
1985	303.469	201.095	504.564	60,1	39,9
1990	419.797	309.028	728.825	57,6	42,4
1995	385.861	366.996	752.857	51,3	48,7
1996	395.604	371.475	767.079	51,6	48,4
1997	400.657	372.868	773.525	51,8	48,2
1998	389.575	374.037	763.612	51,0	49,0
1999	379.142	381.789	760.931	49,8	50,2
2000	374.980	388.830	763.810	49,1	50,9
2001	373.732	395.967	769.699	48,6	51,4
2002	375.708	397.464	773.172	48,6	51,4
2003	381.689	396.023	777.712	49,1	50,9
2004	390.613	394.773	785.386	49,7	50,3
2005	398.706	394.669	793.375	50,3	49,7
2006	422.626	396.155	818.781	51,6	48,4
2007	447.959	381.702	829.661	54,0	46,0
2008	474.766	406.255	881.021	53,9	46,1
2009	487.440	416.969	904.409	53,9	46,1
2010	504.996	432.773	937.769	53,9	46,1
2011	521.721	442.634	964.355	54,1	45,9
2012	535.040	448.839	983.879	54,4	45,6
2013	553.468	451.931	1.005.399	55,0	45,0
2014	576.673	450.130	1.026.803	56,2	43,8
2015	591.031	449.433	1.040.464	56,8	43,2
2016	603.890	449.925	1.053.815	57,3	42,7

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Estado de São Paulo - Ensino Fundamental - Total das Redes
Matrícula Inicial por Segmento
1985, 1990, 1995-2016

Ano	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
1985	3.117.740	1.872.015	4.989.755	62,5	37,5
1990	3.662.304	2.335.756	5.998.060	61,1	38,9
1995	3.516.831	3.145.638	6.662.469	52,8	47,2
1996	3.445.469	3.126.853	6.572.322	52,4	47,6
1997	3.330.696	3.153.239	6.483.935	51,4	48,6
1998	3.194.512	3.200.326	6.394.838	50,0	50,0
1999	3.058.633	3.266.661	6.325.294	48,4	51,6
2000	2.990.401	3.234.803	6.225.204	48,0	52,0
2001	3.018.133	3.074.322	6.092.455	49,5	50,5
2002	3.042.411	2.951.474	5.993.885	50,8	49,2
2003	3.034.014	2.862.447	5.896.461	51,5	48,5
2004	3.028.660	2.834.295	5.862.955	51,7	48,3
2005	3.021.994	2.853.989	5.875.983	51,4	48,6
2006	3.128.041	2.886.168	6.014.209	52,0	48,0
2007	3.153.881	2.863.698	6.017.579	52,4	47,6
2008	3.131.036	2.899.135	6.030.171	51,9	48,1
2009	3.163.602	2.894.282	6.057.884	52,2	47,8
2010	3.041.879	2.944.005	5.985.884	50,8	49,2
2011	2.963.506	2.924.216	5.887.722	50,3	49,7
2012	2.904.189	2.861.714	5.765.903	50,4	49,6
2013	2.872.896	2.762.268	5.635.164	51,0	49,0
2014	2.975.882	2.524.089	5.499.971	54,1	45,9
2015	2.972.846	2.357.884	5.330.730	55,8	44,2
2016	2.993.569	2.316.473	5.310.042	56,4	43,6

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Básica.

Nota: Inclui matrícula da Rede Federal (Anos Iniciais).

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

Malde Maria Vilas Bôas

Gerência de Avaliação e Indicadores Educacionais – GAVIE

Maria Conceição Conholato (Gerente)

ORGANIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS, PREPARAÇÃO DAS TABELAS, ANÁLISE E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Departamento de Produção de Informações Educacionais

Maria Nícia Pestana de Castro (Chefe)

Maria Tereza Franchon

Maria Lúcia de Rezende

Departamento de Divulgação de Informações Educacionais

Silvia Elaine Varanda (Chefe)

Márcio Santos Queiroz

Walter Ribeiro Filho

REVISÃO DO DOCUMENTO E EXTRAÇÃO DE BASE DE DADOS

Departamento de Gestão e Tratamento de Dados Educacionais

Maria Isabel Pompei Tafner (Chefe)

Jesilene Fatima Godoy

Supervisão de Assuntos Institucionais

CAPA E PADRONIZAÇÃO

Brigitte Aubert

REVISÃO DE TEXTO

Luiz Thomazi Filho

